



RELATÓRIO E CONTAS 2002

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2745-553 Barcarena

Capital Social: 20.000.000 €

***Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184***

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

Mandato 1999 - 2002

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Morais Leitão
Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Brás Monteiro
Vogais: António Pedro Pinto de Ruella Ramos
António Alexandre Pires Brás Monteiro
José Luis André Lavrador
António Pedro Marques Patrocínio

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida
Vogais: Nuno Martins
Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2002

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Ex.as. os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 que compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício.

I. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

I.1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Não obstante o moderado crescimento do PIB mundial, a conjuntura económica caracterizou-se por uma quebra acentuada dos níveis de confiança dos agentes económicos determinada pelo clima de instabilidade político-militar que sucedeu ao 11 de Setembro, numa constante ameaça de novas acções terroristas e na crescente perspectiva de uma nova guerra no Golfo. A crescente tensão militar entre os EUA e o Iraque levou o preço do petróleo a atingir os 30 dólares por barril no final do ano, com tendência de subida nos primeiros meses do ano corrente.

A conjuntura económica foi também marcada por uma sucessão de escândalos contabilístico-financeiros, sobretudo nos EUA, os quais concorreram para a degradação dos índices bolsistas que atingiram mínimos de cinco anos.

A economia mundial foi ainda afectada, em 2002, pelo clima de instabilidade económica na América Latina, em particular no Brasil, Argentina e Venezuela.

A situação económica internacional foi marcada, em 2002, por uma frágil e moderada recuperação com o PIB a crescer em termos globais cerca de 2,3%, depois de uma subida no ano anterior de 1,4% ainda que tal recuperação não tenha sido consistente em todas as áreas económicas.

Depois de um crescimento de 0,3% em 2001, a economia dos EUA terá crescido cerca de 2,3% em 2002. Numa conjuntura delicada terão contribuído para tal o crescimento das despesas de Defesa e um comportamento muito positivo do consumo das famílias; para o crescimento do consumo privado concorreram uma política orçamental expansionista e, principalmente, uma postura agressiva da Reserva Federal com cortes sucessivos na taxa de juro que atingiu 1,25% no final do ano.

Nos EUA o índice geral dos preços desacelerou de 2,8% para 1,7%, em resultado do baixo crescimento da actividade e, também, do crescente clima de concorrência enfrentado pelas empresas.

Na Zona Euro, com a qual se realizam mais de 2/3 das nossas transacções, o PIB deverá ter crescido 0,8% em 2002, contra 3,6% em 2000 e 1,5% em 2001. As dúvidas quanto ao ritmo e sustentabilidade da recuperação económica, têm-se avolumado, a par de uma erosão persistente dos níveis de confiança da generalidade dos agentes económicos.

Para além dos factores negativos que afectaram a economia a nível global, a actividade económica na área do Euro foi marcada por um desemprego muito elevado – 8,4% - o que condicionou os níveis de confiança e de despesas das famílias.

No entanto, não se identificaram sérias tensões inflacionistas – a taxa de inflação da zona Euro manteve-se durante quase todo o ano acima do limite de 2% definido pelo BCE - pelo que as taxas de juro oficiais das principais economias voltaram a descer, apesar dos níveis já baixos em que se encontravam. Quer o Federal Reserve, quer o BCE baixaram em 2002 as taxas de refinanciamento em meio ponto, respectivamente para 1,25% e 2,75%. Tais medidas ocorreram no final do ano, cerca de um ano após as anteriores alterações.

O preço do petróleo registou uma subida em 2002, acentuada no final do ano, em virtude da ameaça de guerra contra o Iraque e da instabilidade na Venezuela. O Brent ultrapassou os 30 US\$, quando no início do ano rondava os 21 US\$.

Subsistiu em 2002 o ciclo de política monetária expansionista já registado no ano anterior. Nos EUA a Reserva Federal desceu a taxa dos fed funds de 1,75% para 1,25%. Entretanto, na Zona Euro, o BCE desceu também as taxas de juro de referência de 50 pontos base, colocando a taxa principal de refinanciamento em 2,75% no final do ano.

Para esta decisão do BCE terá contribuído a apreciação do Euro ao longo do ano, invertendo a evolução negativa observada em anos anteriores; entre Janeiro e Dezembro a moeda europeia apreciou-se cerca de 18% face ao dólar. No final do ano a cotação EUR/USD atingiu 1,05.

A nível de mercados accionistas o ano de 2002 continuou a assistir a uma deterioração acentuada das condições dos mercados financeiros, tendo os principais índices bolsistas registado quedas substanciais num ambiente de elevada volatilidade.

Para tal evolução concorreram a frágil retoma da economia americana, reflectida nos resultados das empresas e numa sucessiva revisão em baixa das perspectivas de resultados futuros, a que se juntaram os efeitos devastadores dos escândalos contabilísticos envolvendo algumas empresas de referência nos EUA, bem como os receios de novos ataques terroristas e de uma intervenção militar no Golfo.

O índice Nasdaq desvalorizou-se 32%, sendo a queda dos índices gerais, Dow Jones e S&P500 mais moderadas, com quebras de 17% e 23%.

Na Zona Euro, dois dos principais índices bolsistas, o DAX de Frankfurt e o CAC de Paris, registaram quebras de 44% e 34%, respectivamente, com os mínimos do ano a serem atingidos no 4º trimestre.

Enfrentando uma conjuntura externa desfavorável, a economia portuguesa degradou-se de forma sensível em 2002, relativamente ao ano anterior, o que é traduzido por uma variação real do PIB que não deverá ter ultrapassado os 0,2%, contra os 1,6% observados em 2001. Deste modo, Portugal terá ficado arredado, pelo segundo ano consecutivo, do processo de convergência real com o rendimento médio europeu, registando o valor mais baixo de crescimento da actividade desde a recessão de 1993.

Este fraco desempenho abrangeu todas as componentes da despesa e sectores produtivos, com destaque para o investimento que registou uma forte quebra cifrada em 4,25%.

A procura interna contribuiu negativamente para o crescimento do PIB, pela primeira vez desde a última recessão de 1993. O consumo privado praticamente não cresceu, acentuando a desaceleração dos dois anos anteriores (em 1999 havia crescido 5,3%), enquanto que a taxa de crescimento do consumo público se reduziu de 2,9% para 1,1%.

A procura externa deu um contributo positivo para o crescimento, com as exportações a quase manterem o ritmo (+1,5%) de evolução do ano anterior, em paralelo com uma quebra, em termos reais, e pela primeira vez desde 1993, das importações (-1,5%).

A conjuntura de desaceleração, que já se havia manifestado claramente em 2001, repercutiu-se no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego subido de 4,1% da população activa em 2001, contra 8,3% na Zona Euro, para 5% em 2002, contra 8,4% na Zona Euro. Apesar deste agravamento, Portugal continua a ser, dentro da UE, uma das economias com menos preocupações neste domínio. A manutenção de uma conjuntura de quase estagnação em simultâneo com uma taxa de desemprego reduzida faz realçar um dos principais problemas com que a economia portuguesa se tem debatido nos últimos anos – uma baixa produtividade – e que continua a constituir o factor crítico da nossa competitividade externa e interna.

No que a preços respeita, assistiu-se a uma redução da taxa média de inflação de 4,4%, em 2001, para 3,6%, em 2002, ainda que tal evolução tenha ficado aquém da esperada e num contexto de grande debilidade económica.

Os reflexos da entrada em circulação do Euro, as consequências da subida de 2 pontos na taxa do IVA e do aumento dos combustíveis e a manutenção de custos unitários do factor trabalho em níveis relativamente elevados, foram razões que concorreram para que não se registassem grandes ganhos em termos de redução da inflação.

A economia portuguesa continua, assim, com uma variação média de preços muito acima do patamar de 2% estabelecido pelo BCE para a Zona do Euro, no médio prazo, sendo que a média de tal Zona era em 2002 de 2,2%.

As contas externas registaram uma correcção com algum significado, tendo o défice da balança corrente e de capital evidenciado uma redução de cerca de 10% do PIB, em 2001, para 7,5%, em 2002. Tal trajectória positiva, que se espera perdure nos dois próximos anos, não deixa de manter Portugal numa posição frágil em matéria de défice externo na OCDE, constituindo uma restrição importante às perspectivas de crescimento a médio e longo prazo.

Em matéria de contas públicas, assistiu-se ao retomar da trajectória de estabilidade orçamental. O défice deverá ter ficado aquém da meta proposta pelas autoridades, 2,8%, que contrasta com os 4,1% registados no ano anterior.

Tal evolução favorável, que torna visível um esforço de contenção da despesa e recoloca Portugal no conjunto dos países cumpridores do PEC, assentou em especial num conjunto de medidas envolvendo a obtenção de receitas extraordinárias (venda de património/venda da rede fixa de telecomunicações/recuperação de dívidas fiscais).

Para conseguir o reequilíbrio as autoridades viram-se obrigadas, em 2002, a prosseguir uma política anti-cíclica, reduzindo e suspendendo despesas, designadamente de investimento, o que contribuiu para a ampliação da conjuntura de abrandamento.

As taxas de juro do mercado monetário acompanharam a evolução dos mercados internacionais, caracterizando-se por uma relativa estabilidade. A taxa Euribor a 3 meses diminuiu em médias mensais 0,4 p.p., para 2,9% entre os finais dos anos; a Libor do USD a 3 meses diminuiu 0,5 p.p. pelo que o diferencial se ampliou em 0,1 p.p. para 1,5 p.p.

Em consequência da estabilidade das taxas nominais, e do facto de a inflação em Portugal ser mais elevada do que a média da zona Euro, as taxas de juro reais mantiveram-se em valores historicamente reduzidas.

No que ao mercado de capitais concerne, sublinha-se que em 2002 se deu a fusão entre a BVLP e a Euronext.

A despeito de tal facto, o mercado português acompanhou a tendência internacional.

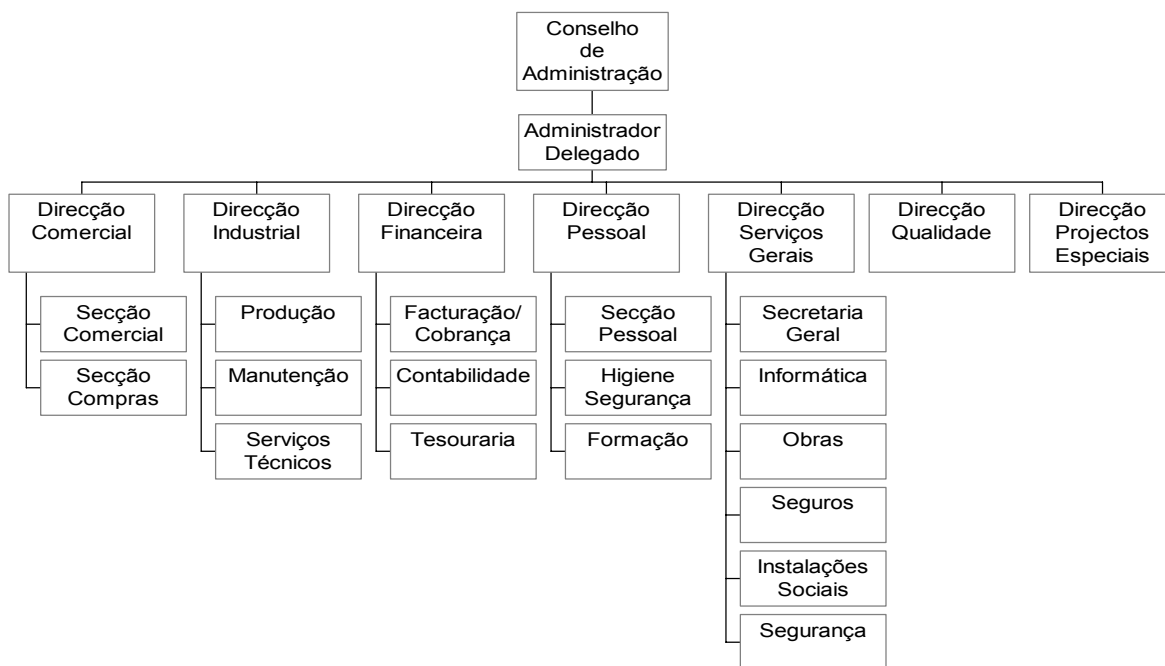
Na vertente accionista o PSI 20 registou uma queda de cerca de 25%, após as descidas de cerca de 13% e 25%, ocorridas em 2000 e 2001, respectivamente.

1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, no seu Anexo I, a Empresa dá conta, nos itens seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos aplicáveis.

1.2.1. – Divulgação de Informação

1. A Administração funciona de forma colegial, com um Administrador - Delegado ao qual reportam directamente sete Direcções: Comercial, Industrial, Financeira, Pessoal, Serviços Gerais, Qualidade e Projectos Especiais. O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação das várias empresas que constituem o “Grupo”, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de uma mais valia da empresa e das suas participadas, através da prestação de serviços de qualidade, prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são seguidos sempre critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.



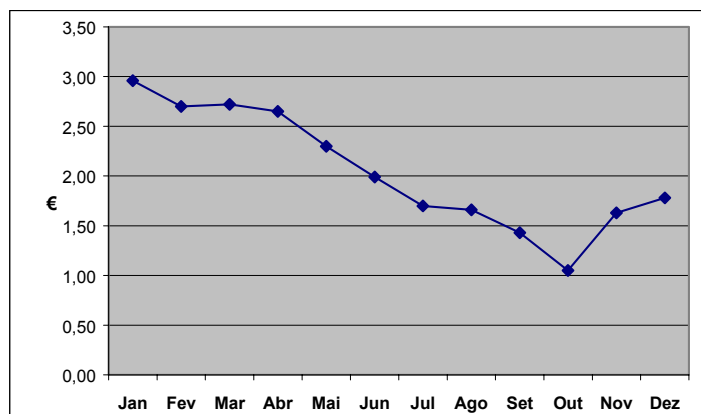
O Administrador Delegado, para além de efectuar a coordenação de toda a actividade da Empresa, acumula também a função da Direcção Comercial.

2. Não houve, no exercício de 2002, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício foi a ilustrada no gráfico abaixo.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Ao longo do exercício a cotação baixou cerca de 1,26 Euro, atingindo o ponto mais baixo em Outubro e recuperando um pouco no último trimestre do ano; as razões para tal evolução terão que se buscar nas condições em que a operação decorreu em consequência da queda da publicidade e da retracção dos editores.



3. Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 80\$/acção, política abandonada em 2001 por força das circunstâncias que envolveram a actividade. Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível, sem com tal intenção afectar a segurança económico - financeira da empresa.
4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não são utilizados meios electrónicos na divulgação dos documentos preparatórios das reuniões de assembleias nem na prestação de outras informações financeiras.
6. Gabinete de Apoio ao Investidor: não existe propriamente um Gabinete deste tipo, nem a situação justificaria. O Representante para as Relações com o Mercado é o Administrador, com particular competência para a área financeira e económica, Dr. José Luís André Lavrador, e todos os Accionistas ou interessados em informações da

Sociedade são pessoalmente atendidos. O acesso é normal bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao mercado, a LISGRÁFICA tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em comunicados para a CMVM quer através de contactos com a comunicação social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto por correspondência, nem qualquer outra limitação. Para participar nas Assembleias Gerais basta ter um voto, isto é, um mínimo de 100 acções (de 5 Euro cada) e é necessário que essas acções estejam depositadas em nome do accionista na instituição financeira com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data de realização da Assembleia.

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a LISGRÁFICA ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração a quem reporta os resultados das suas acções.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, SA) e a LISGRÁFICA conforme é referido no Anexo ao Relatório de Gestão.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. O Conselho de Administração, cujos 5 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Dr. António Brás Monteiro
Vogais	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
	António Alexandre Brás Monteiro (Administrador Delegado)
	Dr. José Luis André Lavrador
	Eng.º António Pedro Marques Patrocínio

Administradores independentes, são, no conceito da sociedade, os que não têm interesse, participação ou relações especiais com a empresa maior accionista. Estão neste caso os Srs. Dr. José Luis André Lavrador e Eng.º António Pedro Marques Patrocínio.

Dr. António Brás Monteiro: é também Administrador da “Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.”, Presidente do Conselho de Administração da “Gestprint, SGPS, S.A.”, e da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”

Dr. António Ruella Ramos: é também Presidente do Conselho de Administração da “Renascença Gráfica, S.A.”, do “Diário de Lisboa, S.A.”, Administrador da “Gestprint, SGPS, S.A.”, Administrador da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”, e Presidente da Assembleia Geral da “Impreger, SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva;
3. O Conselho de Administração reúne praticamente todas as semanas, e o seu funcionamento está brevemente descrito no n.º 1 de 1.2.1 deste Relatório;
4. Não existe qualquer comissão de controlo interno;
5. A remuneração dos titulares do Conselho de Administração não está ligada à evolução da cotação das acções nem dos resultados da sociedade;
6. Não existem prémios de desempenho nem partes variáveis da remuneração, e todos os administradores são executivos (n.º 1 do Cap. 1.2.4). Os custos no exercício com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 216.346 Euro, e dizem respeito a três dos seus membros, uma vez que os outros dois são remunerados pela “GESTPRINT, SGPS, S.A.”, sociedade com a qual a LISGRÁFICA tem um contrato de gestão referido neste Relatório e no Anexo.

2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO EXERCÍCIO

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Sector sofreu, durante os anos de 2001 e 2002, os efeitos decorrentes da conjuntura económica de recessão, traduzida na forte queda do investimento publicitário em todos os meios, mas com especial acuidade no papel, a que os editores reagiram com o emagrecimento das Revistas, redução de tiragens e suspensão de novos projectos que eventualmente tivessem em carteira.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura de estagnação com alguns sintomas de recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário que em 2001 se cifrou em cerca de 22% a que em 2002 acresceram mais 18% e pela paragem no esforço de investimento.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da queda do investimento publicitário e da reacção dos Editores, registou-se em 2001 uma queda de 5,6 milhões de Euro (10,5%) traduzindo um decréscimo da produção em quase todas as áreas.

O reflexo da conjuntura de estagnação que persistiu em 2002 foi um tanto mais moderado, cifrando-se em cerca de 3,8 milhões de Euro (8,0%), com especial incidência na Família das Revistas Periódicas/Suplementos, segmento mais sensível à publicidade, onde o decréscimo representou cerca de 4,7 milhões de Euro (15,1%) em relação ao ano anterior; a Família de Jornais registou um decréscimo de cerca de 1,35 milhões de Euro (22,5%) aqui explicados pela saída dos títulos da Lusomundo; a Família Folhetos/Catálogos registou crescimento de 2,7 milhões de Euro (73,3%), consequência das medidas tomadas pela gestão no sentido de encontrar alternativas de mercado susceptíveis de atenuar os efeitos da crise de publicidade; a Família Listas manteve a sua actividade ao nível do ano anterior, com ligeiro incremento derivado da passagem à quadricromia, a meio do ano, no tocante às Listas Classificadas.

O arrefecimento da actividade aconteceu desde o final de 2000, imediatamente a seguir ao final do ciclo de investimento muito forte da Lisgráfica que, confiando nos indicadores dos dois últimos anos em que a procura de serviços gráficos explodira se preparara para a manutenção da situação e estava equipada para responder às solicitações de mercado.

Aquele esforço de investimento entre 1999 e 2001 representou cerca de trinta e cinco milhões de Euro e traduziu-se no acréscimo da capacidade produtiva do segmento de Revistas e publicações periódicas em cerca de 50%.

Para minorar os efeitos da situação, a gestão tomou um conjunto de medidas que começaram a ser implementadas a partir de 2001 e que sistematicamente podemos classificar em quatro grandes grupos:

- Busca de mercados menos vulneráveis à quebra do investimento publicitário (Folhetos e Catálogos para os Grandes Espaços e Listas Telefónicas);
- Controlo rigoroso de todas as componentes de Custos;
- Alienação de alguns activos não directamente afectos à exploração.
- Reescalonamento da dívida financeira.

No âmbito das medidas de natureza comercial e, como consequência do reinício de relações com o “Grupo Sonae”, por um lado e, por outro, da entrada definitiva neste segmento de negócio, o volume de facturação duplicou, em 2002, atingindo os 6,5 milhões de Euro, com papel.

Sendo um segmento de margens bastante apertadas e com uma forte componente de papel, permite, numa fase de abrandamento da publicidade uma melhor ocupação dos meios de produção e uma diluição de custos fixos.

No Programa Económico Financeiro para 2003 inscrevemos nessa família de Produtos, numa perspectiva bastante conservadora, uma facturação de cerca de três milhões de Euro.

Em matéria de Listas Telefónicas iniciámos no 2º semestre do ano a impressão de Listas em quadricromia, circunstância que fará incrementar, também, o volume de serviços prestados neste segmento, em paralelo com a negociação com o editor de alargamento do prazo e revisão de pricing do Contrato.

Foram tomadas medidas severas no controlo da despesa sendo que, em matéria de Custos com Pessoal, se traduziram numa alteração de filosofia da gestão de efectivos já implementada em algumas áreas da produção, e que consistiu na passagem de trabalho por turnos ao regime de trabalho contínuo de que resultará uma economia considerável de trabalho extraordinário.

Paralelamente, procedeu-se a uma redução gradual de efectivos, revestindo diversas fórmulas – antecipação de reformas, acordos de cessação de contrato, cancelamento de contratos, etc. – que redundaram num decréscimo de efectivos de cerca de 60 unidades e que atingirão em meados de 2003 perto de 100 unidades.

As preocupações de evitar desperdícios e otimizar ao rendimento das matérias-primas e dos meios de produção implicou uma economia de cerca de 1,4 milhões de Euro em FSE (14%), e uma redução no consumo de Tintas, Chapas e Outros de cerca de 420 mil Euro (0,3%).

Foram já tomadas decisões em relação à alienação de activos não directamente ligados à operação, tendo-se consumado durante o exercício, a alienação do Edifício do Bairro Alto e das antigas instalações da Heska na Venda Nova;

Em matéria de participações financeiras, foi concretizada a cedência da participação social na Grafimadeira e na Porenvel, tendo-se fechado as negociações tendentes à alienação da participação social na Heska.

No que à área financeira respeita foram concretizadas as negociações com algumas Instituições Financeiras (Bancos e Companhias de Leasing) tendentes ao reescalonamento da dívida por forma a minorar o esforço dos anos de 2002 e 2003, sendo que tais iniciativas foram, de uma maneira geral, bem acolhidas e se traduziram no alargamento do Contrato por um período adicional de dois/três anos.

Durante o 2º trimestre do ano foi instalada a 3ª Rotativa “Sunday 4000”, a que foi acoplado um Stacker “Civime” que deu início à sua laboração na produção de Listas Telefónicas Classificadas a quatro cores - Lista Classificada de Lisboa; foi também instalada a terceira unidade “Creo Scitex” do CTP de Revistas.

Foi assinado com a MAN Roland o contrato de fornecimento e instalação de uma Rotativa “Regioman” para o departamento de jornais, que iniciará a respectiva laboração no início do 2º semestre de 2003, substituindo as quatro rotativas actuais, no âmbito do Contrato celebrado com a Cofina para impressão dos seus títulos.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2001, composto por sete rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 2 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas durante o exercício de 2000, que imprimem cadernos de 48 páginas e operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e que estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

Durante o exercício de 2002 foi instalada a terceira rotativa “Sunday M4000” visando a produção de Listas Telefónicas a quatro cores, cuja operação se iniciou no início do 2º semestre com a produção da Lista Classificada de Lisboa.



A instalação das duas M4000, em 2000, permitiu a substituição de uma M850 que no final de 2001, após trabalhos de reciclagem, foi cedida à Naveprinter e libertou duas outras M850 que foram objecto de duplexagem para as habilitar a imprimir cadernos a 4 cores de Listas Telefónicas, obrigação a que o contrato com o editor vinculou a Lisgráfica, independentemente da possibilidade de continuarem a poder imprimir cadernos de 32 páginas de revistas.

A instalação da terceira M4000 permitiu parar a M300

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina um excesso de capacidade bastante significativo.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas

2000	2001	2002
1.216.017	1.222.269	1.382.292

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.

Até ao ano de 2001 constatamos um crescimento consistente da produção das Rotativas particularmente significativo em 1999, ano em que representou 156,9 milhões de cadernos, equivalente a 16,4%, quase dois meses de produção normal; Reflectindo a consistência da procura de serviços gráficos, o ano de 2000 manteve o crescimento, ainda que a nível mais reduzido, verificando-se um acréscimo de cerca de 102,8 milhões de cadernos, equivalente a 9,2%, praticamente um mês de produção normal, mantendo-se o ano de 2001 ao nível do ano anterior, reflectindo já a quebra de actividade antes referida.

No ano de 2002 registou-se um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre.

2. Produção Linhas Ponto Arame

2000	2001	2002
209.207	204.772	205.414

Unidade: Mil Exemplares

3. Produção Linhas Capa Colada

2000	2001	2002
20.727	19.655	23.827

Em finais de 1999 o Sector de acabamento de revistas dispunha de três linhas de ponto-aramé “Muller-Martini” modelo 300 e uma linha de ponto-aramé “Heidelberg”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, uma das quais recondicionada em 1999, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, preparada para operações de pós-acabamento.

No ano de 2000 e para manter ajustadas as capacidades de impressão e acabamento, esta foi reforçada com a instalação de uma linha de ponto-aramé Muller- Martini, modelo “Tempo” com capacidade para 15.000 exemplares/hora e um sistema de tambor “Feram” com capacidade para 22.000 exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “Corona” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “Image” montado em linha de alimentação “Bhurs Zandaam” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “Creo Scitex” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um incremento marginal de cerca de 642 mil exemplares, enquanto que a Capa Colada registou um crescimento mais expressivo de cerca de 4,172 milhões de exemplares (21,2%), retomando a tendência que havíamos assinalado há dois anos de transferência de acabamento para esta linha.

IMPRESSÃO DE JORNAIS

O quadro geral de máquinas é, neste momento, o seguinte:

- 1 Máquina Harris 845, com 8 corpos, c/ n.º pág./cad 80(16), imprimindo a 25 000 ex./hora
- 1 Máquina Harris 845, c/ 9 corpos, c/ n.º pág./caderno 96(24), imprimindo a 28 000 ex./hora
- 2 Máquinas Harris Mercury, c/ 12 corpos, c/ n.º pág./caderno 48(16), imprimindo a 45 000 ex./hora

Este parque de máquinas configurava a solução adequada para o leque de editores/títulos servidos pela Lisgráfica até à saída dos títulos da Lusomundo e foi complementado oportunamente com a instalação de um Sistema de Encartadeiras Thorsted à saída com capacidade de duplicação do número de páginas em cada edição sem perda de velocidade de saída.

Em consequência da citada saída dos títulos da Lusomundo, por um lado, e da intenção já manifestada por um dos editores, que pretende ampliação do número de páginas a cor, que se irá traduzir naturalmente no aumento do número de páginas tendência, de resto, verificada na Europa, sem descartar a hipótese do aparecimento de novos títulos, a Lisgráfica estudou o ajustamento e reconfiguração dos seus meios de produção por forma a rentabilizá-los face às necessidades e prioridades dos editores.

Tal reflexão determinou a encomenda de uma nova rotativa “Regioman” à MAN Roland, a instalar no final do 1º semestre de 2003 e cuja capacidade e características de impressão, permitirá a substituição de três ou quatro das rotativas actuais.

Para além disso, admite realizar um investimento em “finishing” paralelamente à linha actual que satisfaça cabalmente as necessidades do mercado e, em particular, do editor com quem acabou de celebrar um contrato a longo prazo, concomitante com o novo investimento.

O novo processo de transporte à chapa – Computer To Plate – relativamente aos jornais diários está a funcionar em pleno permitindo beneficiar de todas as vantagens decorrentes para os editores em matéria de alargamento de tempo disponível para a redacção e economia de película, tendo sido estabelecida uma linha telefónica de ligação à Naveprinter que permite a transmissão de dados do Editor para as edições Norte impressas naquela Gráfica.

A actividade do Departamento pode ser ilustrada pelo seguinte quadro

Impressão		
2000	2001	2002
9.504.777	7.820.747	6.439.582

Unidade: Mil Páginas Tablóides produzidas.

O quadro evidencia uma queda de 1,4 milhões de páginas (19,7%) entre 2001 e 2002, que se seguiu a que sucedeu a nova queda de 1,7 milhões de páginas (17,9%) entre 2000 e 2001.

Esta evolução decorre da saída faseada dos títulos da Lusomundo que passaram a ser impressos em unidade própria e foi minorada pelo aumento de tiragem e/ou aumento de número de páginas dos restantes editores, bem como pelo apoio que a Lisgráfica se dispôs a dar à Mirandela, face ao percalço sofrido pela sua rotativa de jornais, na impressão de alguns dos seus títulos, designadamente a edição sul do Público, entre Out. 2000/Out 2001.

Tal evolução irá ser interrompida pela nova orientação que vai ser dada ao Departamento e compreende a respectiva reconfiguração e correspondente adequação de meios.

IMPRESSÃO DE BOLETINS

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins		
2000	2001	2002
228.660	184.330	106.170

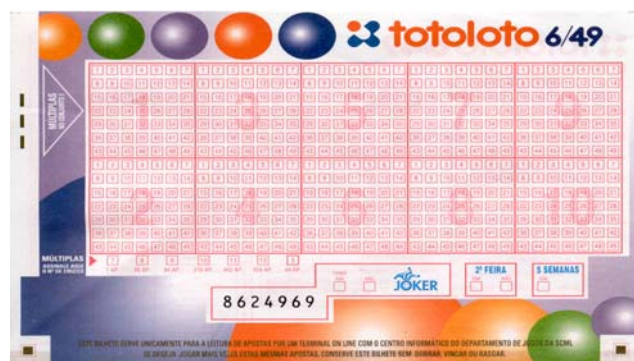
Unidade: Mil Boletins

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas desportivas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, depois de uma descida de 44 milhões (19%) registada em 2001.

A linha de produção da Lisgráfica foi dimensionada para fazer face a produções de cerca de 500 milhões de Boletins por ano, estando a ser encarada a possibilidade de afectar uma das rotativas a uma gama alternativa de produtos.

Tendo terminado em 31/12/97 o contrato de três anos para impressão dos Boletins, foi aquele contrato prorrogado pelo Cliente para o ano de 1998 e, em finais do ano, aberto novo concurso internacional ganho pela Lisgráfica, válido por períodos de um ano prorrogável, por acordo das partes, até 2001.

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line iniciou a Lisgráfica a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações.



Novo Boletim Online

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

Para este trabalho dispõe o novo Departamento de Listas de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias.

Tendo em conta a obrigação contratual de imprimir parcialmente as Listas a 4 cores promoveu a Lisgráfica, a duplexagem de duas M/850 oriundas do Departamento de Revistas, que estão apetrechadas para imprimir cadernos de 64 páginas em quadricromia, alternativamente à possibilidade de continuarem a produzir cadernos de 32 páginas de revistas a quatro cores.

Como o Plano Editorial de Páginas Amarelas previa início da publicação de Listas a 4 cores para o início do 2º semestre de 2002, com a Lista Classificada de Lisboa, realidade acautelada pela Lisgráfica no seu plano de produção e afectação de meios para o que conta com as duas M850 duplexadas e com a nova Heidelberg Sunday 4000 instalada em finais de Junho de 2002.



Os terrenos e instalações adquiridos com uma área total de 65 mil metros quadrados, dos quais cerca de 25 mil de área coberta foram ampliados com o fecho de mais cerca de 5000 metros quadrados.

O Departamento produziu em 2002 cerca de 7,6 milhões de volumes de Listas nacionais, registando uma queda de cerca de 20 milhões de cadernos de 64 páginas em relação a 2001 (149 milhões de cadernos em 2001, contra 129 milhões em 2002).

INVESTIMENTO

Durante o exercício em análise, o investimento efectuado (corpóreo, incorpóreo e financeiro) assumiu a expressão de perto de 9,675 milhões de Euro ressaltando como realizações mais significativas as seguintes:

- Investimentos em Curso:

- (a) Máquinas em Instalação.....1.294 mil Euro
- (b) Outras Instalações..... 187 mil Euro

Compreende os Adiantamentos efectuados relativamente à Rotativa *Regioman* destinada ao Departamento de Jornais, bem como para o Equipamento *CreoScitex* destinado ao CTP de revistas e, ainda, a instalação do *Sistema QGS* para Listas Telefónicas.

- Imobilizações Corpóreas

Representam um valor de cerca de 8.192 mil Euro, assim repartidos:



Computer To Plate - Revistas



Edifício Guião

(a) Edifícios e Outras Construções.....393 mil Euro

(b) Equipamento Básico.....7.789 mil Euro

Máquinas de Impressão	6.928 mil Euro
Aparelhagem Electrónica	11 mil Euro
Outras Máquinas Uso Específico	609 mil Euro
Instalações Industriais	241 mil Euro

e compreendem, essencialmente, o valor da terceira Rotativa Sunday 4000 e do Stacker Civiemme, e as respectivas despesas de instalação e montagem.

(c) Equipamento Administrativo..... 3 mil Euro

Equipamento de Escritório	3 mil Euro
---------------------------	------------

(d) Outras Imobilizações Corpóreas.....2 mil Euro

Aparelhos Ar Condicionado	1 mil Euro
Outros Equipamentos	1 mil Euro

Sublinha-se que se verificaram abates e alienações, durante o exercício, representando em termos líquidos cerca de 1,6 milhões de Euro e, ainda, que as amortizações do exercício assumiram a expressão de 9,1 milhões de Euro.

- Imobilizações Incorpóreas

As alterações que apresentam, correspondem a um decréscimo líquido de cerca de 897 mil Euro e traduzem a amortização do Goodwill da Gestigráfica e a anulação do remanescente do Goodwill da Porenvel, por efeito da alienação desta participação.

- Imobilizações Financeiras

Representam, em termos líquidos, um decréscimo de cerca de 834 mil Euro e a respectiva evolução está explicada no Capítulo 2.2.3. Investimentos Financeiros, remetendo-se para a Nota 10 do Anexo uma análise mais detalhada de tal evolução.

FINANÇAS

Foi cumprido o Serviço da Dívida relativamente ao Empréstimo Obrigacionista “Obrigações Lisgráfica/97” envolvendo um esforço financeiro de cerca de 5,179 milhões de Euro, dos quais 4,888 milhões de Euro correspondem a reembolso de capital, liquidado aquando do vencimento dos cupões n.º 10 e 11 e 291 mil Euro correspondentes aos juros de tal Empréstimo.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 9,350 milhões de Euro, ao mesmo tempo que foi concluída a amortização do Programa de Papel Comercial do ex-Banco Mello com uma amortização de 2,494 milhões de Euro.

Foi concluído o esquema de regularização a Páginas Amarelas do remanescente do pagamento associado ao Contrato de aquisição das Instalações e Direito de Trespasse, tendo sido liquidados, durante o exercício, cerca de 530 mil Euro.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 6,330 milhões de Euro; deste valor, cerca de 4,640 milhões de Euro representam amortização de capital e 1,690 milhões de Euro respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2002, representam um total de 34,581 milhões de Euro, subdivididos em 4,523 milhões de Euro qualificados como responsabilidades a um ano e 30,058 milhões de Euro como responsabilidades a M/L prazo integrando, neste prazo, o Contrato celebrado com a Sudleasing e visando a terceira Sunday 4000, com um valor de 6,271 milhões de Euro.

Tratando-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico, e traduzindo os efeitos da conjuntura, as acções da Lisgráfica sofreram, no ano, uma queda de cerca de 1,26 Euro, não escapando à queda generalizada que a maioria dos títulos registaram em idêntico período.

No âmbito das medidas de alienação de activos não operacionais foi consumada, durante o exercício, a alienação da última parcela das Instalações da Heska na Venda Nova, e a cedência do Edifício do Bairro Alto, através da transmissão da posição contratual num Contrato de Leasing Imobiliário abrangendo tal Prédio; nesta operação, e tendo em conta o valor contabilístico de tal activo, registou-se uma menos-valia de cerca de 600 mil Euro.

No quadro dos desinvestimentos financeiros operou-se, durante o exercício, a transmissão da posição accionista na Grafimadeira, através da alienação dos cerca de 91% detidos pela Gestigráfica, operação que gerou uma perda de cerca de 566 mil Euro e dos 50% detidos directamente pela Lisgráfica na Porenvel, neste caso neutros quanto a resultado da alienação.

Numa perspectiva de saneamento foram cedidos à Gestprint, por um preço simbólico, os créditos detidos pela Lisgráfica sobre a Renascença Gráfica; tais créditos, que estavam devidamente provisionados, deram lugar a relevação contabilística em Resultados Extraordinários, representavam cerca de três milhões de Euro.

No quadro das medidas de reescalonamento e consolidação da dívida financeira e tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes dos Investimentos realizados nos anos anteriores, e a redução dos meios libertos em 2001 e 2002, em consequência da conjuntura, foram concluídas negociações com algumas Instituições com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2002 e 2003, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Tais negociações envolveram, nomeadamente, o BCP o Banco BPI, e a Caixa Vigo e traduziram-se na consolidação da dívida e prorrogação do respectivo prazo de pagamento por mais 2/3 anos.

Idêntica linha foi seguida nos Contratos de Locação Financeira de maior expressão envolvendo, designadamente, a Locapor, Imoleasing e BNP Leasing.

Durante o exercício e aproveitando legislação publicada sobre tal matéria, a Lisgráfica requereu enquadramento nas disposições legais, contidas naqueles diplomas no sentido de regularizar algumas situações fiscais e parafiscais que, por força da conjuntura, mantém nas contas como débitos vencidos e não regularizados.

Já durante o exercício de 2003, mas em data anterior à aprovação das Contas do exercício, e no âmbito da política de alienação de activos não directamente ligados à exploração, foi cedida a participação que a Gestigráfica detinha na Heska; os efeitos de tal operação não se encontram quantificados, uma vez que ainda não é possível determinar com exactidão o respectivo impacto real, por estar condicionado a algumas decisões ainda não tomadas, nomeadamente o valor dos dividendos a distribuir pela Heska.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2002.

A forte desaceleração da actividade foi particularmente sentida na área em que a Empresa opera na justa medida em que o impacto criado pela redução persistente do investimento publicitário – primeiro sintoma de retracção - determina a reacção dos editores nas tiragens e volume das publicações, fechando-se o ciclo no volume da actividade gráfica e fez-se sentir com maior acuidade no segmento mais vulnerável a tal fenómeno que é a Impressão e acabamento de revistas e publicações periódicas.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, nomeadamente através da instalação de uma unidade em Olivença e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais; no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que no segmento do Mercado de Jornais Diários, e usando a tiragem como indicador, a Lisgráfica detém uma quota de 60% e, em conjunto com a Naveprinter atinge os 72,5%, mantendo exclusivo nos segmentos de “Listas Telefónicas” e “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, como de resto ilustra a recente aquisição da TV Guia pelo “Grupo Cofina” .

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente “*Receitas de Sucesso*” publicação semanal da Pressepeople, “*Revista ACP*” publicação mensal do ACP, regressada após alguns anos, “*Revista Xis*”, suplemento semanal do Público, “*Os Meus Livros*” publicação literária mensal, editada pela First Media, “*Revista SOS Saúde*” e “*Jardins*” publicações mensais editadas pela Saúdepress, “*Revista Cães e Gatos*” e “*Cabo Visão Magazine*”, publicações editadas pela Edimpresa, revistas “*Austral*” e “*Índico*” publicações editadas pela África Imagens, destinadas a distribuição na frota das aeronaves da TAAG e da LAM, “*Revista Conhecer*” , publicação mensal

editada pela Impala, e, finalmente, os Folhetos/Catálogos “*Makro*” e “*Jumbo*”, editados por aquelas cadeias de Hipermercados.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Interweb*” da Impala, e “*Fortuna*” do Grupo Media Capital enquanto que, por mudança de Gráfica, deixámos de executar os Folhetos/Catálogos “*Corte Inglês*” e “*Dica da Semana*”, respectivamente do El Corte Inglés e Lidl e as publicações “*SOS Saúde*” e “*Batatoon*”, revistas editadas, respectivamente pela Pressepeople e Feira das Vaidades.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

Nesse âmbito, e como consequência das tentativas de penetração no Mercado de Folhetos/Catálogos, em parte facilitados pelo acordo com o “Público”, e do esforço de crescimento conjugado com a Heska, angariaram-se trabalhos/clientes novos, que permitiram uma facturação de cerca de 6,5 milhões de Euro, com um valor acrescentado da ordem dos 2,5 milhões de Euro.

Em matéria de Listas Telefónicas iniciou no 2º semestre do ano a impressão de Listas em quadricromia, circunstância que fará incrementar, também o volume de serviços prestados neste segmento.

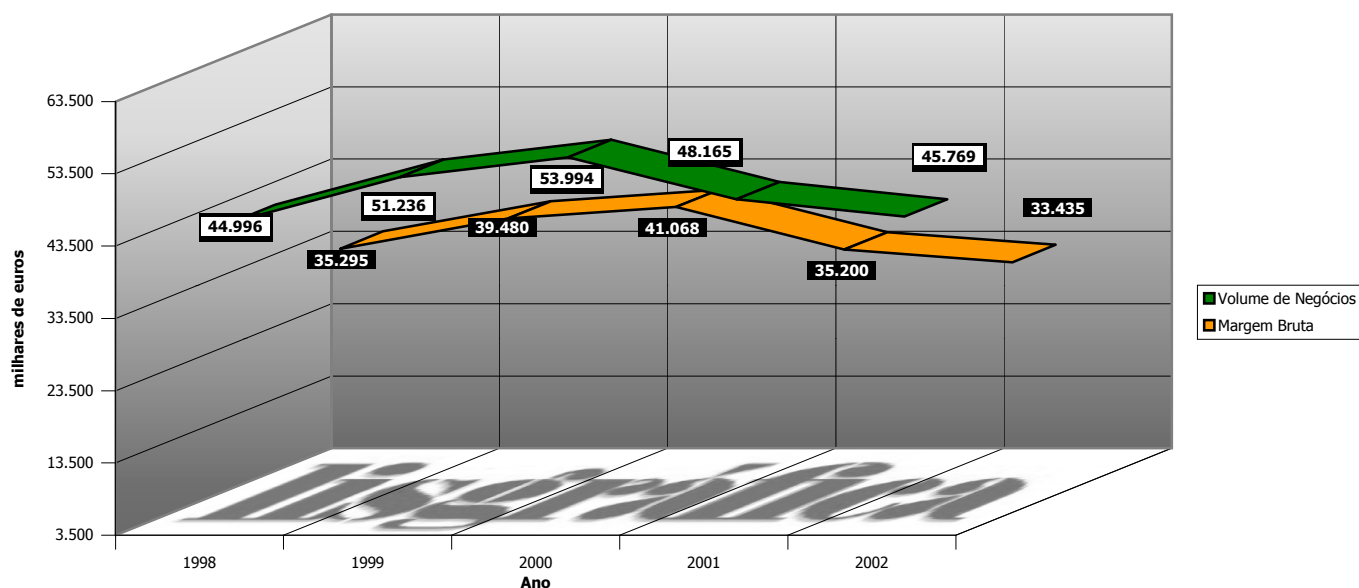
Prosseguindo a política de optimização de rentabilização de meios entre a Lisgráfica e a Heska, foram executados trabalhos durante o exercício, nomeadamente no âmbito da impressão e acabamento de Folhetos/Catálogos para os Grandes Espaços, que representaram cerca de 2,3 milhões de Euro, enquanto que foram prestados por aquela associada trabalhos subcontratados na ordem de um milhão de Euro

2.2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Da actividade desenvolvida ao longo do exercício, bem como da sua evolução no decurso do último quinquénio, poderão os Senhores Accionistas aquilatar pela análise dos parâmetros a seguir indicados:

2.2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS/VALOR ACRESCENTADO

A evolução ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:

VOLUME DE NEGÓCIOS

A evolução ilustrada no gráfico acima confirma o crescimento sustentado da actividade nos últimos seis anos – desde 1995 – e o início da inversão do ciclo em finais de 2000 (o crescimento em relação a 1999 foi inexpressivo) seguido da queda em 2001, agravada com nova queda em 2002, em consequência da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores

Os valores de 2002 traduzem um decréscimo de cerca de 3.830 mil Euro (8,0%) extensivo à generalidade dos segmentos de mercado mas mais expressivo nas “Revistas Semanais/Mensais” com 2.945 mil Euro (12,2%), e “Suplementos” com 1.734 mil Euro (25,6%), Famílias mais vulneráveis ao fenómeno da queda da publicidade, “Jornais” com 1.354 mil Euro (22,3%), ainda como reflexo da saída dos títulos da Lusomundo para gráfica própria, “Boletins” com 628 mil Euro (55,9%) traduzindo a perda gradual de facturação e a passagem para os Boletins “on line”.

Escaparam a esta tendência degressiva os segmentos de “Listas Telefónicas” com 67 mil Euro (1,15%), valor pouco expressivo, traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor mas compensado pelo início da impressão a quatro cores e “Catálogos/Folhetos” com 2.764 mil Euro (73,0%), ilustrando a diversificação empreendida no exercício de busca de mercados alternativos neste período de contracção da publicidade.

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acrescentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	1998	1999	2000	2001	2002
Volume de Negócios	44.996	51.236	53.994	48.165	45.769
Matérias Consumidas					
Papel	3885	4.848	3.890	5.701	5.505
Matérias subsidiárias	5.816	6.908	9.036	7.264	6.829
Valor Acrescentado	35.295	39.480	41.068	35.200	33.435
% Val Acrescent / Volume de Negócios	78,5%	77,1%	76,1%	73,1%	73,1%

Unidade: Milhares de Euro.

Concluimos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas cresceram cerca de 4,185 milhões de Euro entre 1999 e 1998, equivalente a 12%, 1,588 milhões de Euro contos entre 1999 e 2000, equivalentes a 4% e regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 5,868 milhões de Euro entre 2000 e 2001, equivalente a 14,3% e 1,765 milhões de Euro entre 2001 e 2002, equivalentes a 5,0%.

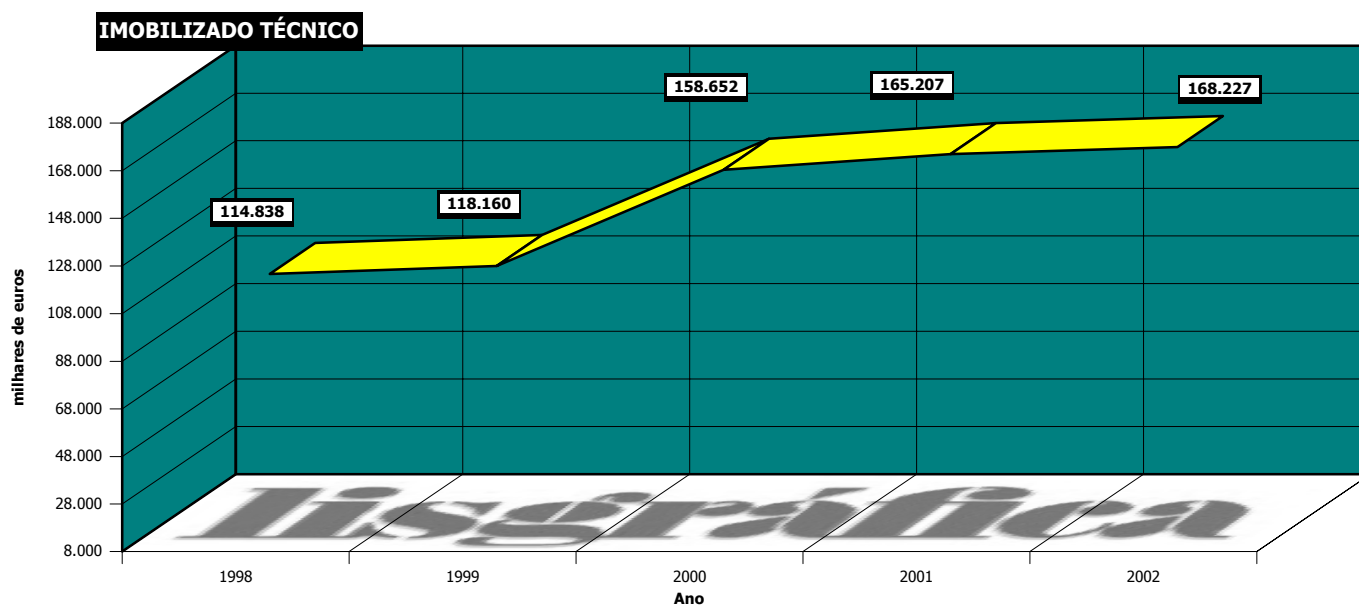
Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 75 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2002, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 90 milhões de Euro.

Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrescentado registou um crescimento um decréscimo de 1,4 pontos entre 1998 e 1999 (de 78,5% em 1998, para 77,1% em 1999), um decréscimo de 1,0 pontos entre 1999 e 2000 (de 77,1% em 1999 para 76,1% em 2000), um decréscimo de 3,0 pontos entre 2000 e 2001 (de 76,1% em 2000 para 73,1% em 2001) e manutenção no patamar dos 73,1% entre os exercícios de 2001 e 2002.

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação - registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euro, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 346 mil Euro; por outro lado, e tendo em conta o crescimento da operação “Folhetos/Catálogos” em 2002, registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euro.

2.2.2. IMOBILIZADO BRUTO TÉCNICO

Os valores das Imobilizações Técnicas, antes de amortizações, ao longo dos anos, sofreram a seguinte evolução:



O incremento registado no exercício de 2002 foi de cerca de 3,020 milhões de Euro, valor esse já deduzido de cerca de 6,652 milhões de Euro de alienações e abates efectuados no período ilustrando, assim, um esforço de investimento da ordem dos 9,7 milhões de Euro.

Assim, no período 1996/2002 o investimento total representou quase 105 milhões de Euro, dimensão que ilustra bem a preocupação da Lisgráfica de antecipar as necessidades dos seus clientes/editores, bem como o aproveitamento de oportunidades de negócio susceptíveis de enriquecer o seu potencial, a despeito dos constrangimentos financeiros sentidos nos últimos três anos, em resultado do abrandamento da actividade.

Tendo-se imobilizado em 1996 cerca de 10 milhões de Euro, em 1997 cerca de 12,5 milhões de Euro, a maior parte dos quais visando completar o Programa de Investimentos previstos no âmbito do Pedip II, e em 1998 cerca de 15 milhões de Euro fundamentalmente ligados à operação de compra da Divisão Gráfica de Páginas Amarelas, o exercício de 1999

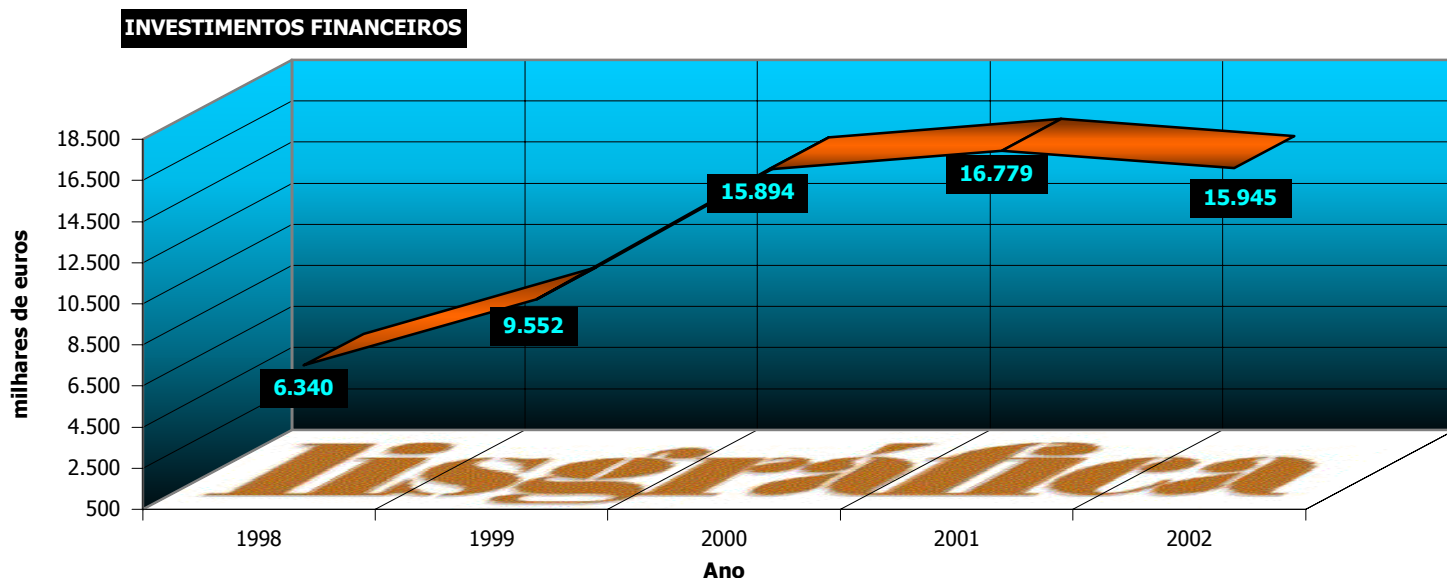
marcou o início de um novo ciclo, abrangendo o período 1999/2002, durante o qual se terá concretizado um volume de investimentos de cerca de 45 milhões de Euro, tendo o ano de 2000 constituído o ponto mais alto de tal ciclo, durante o qual em investimentos técnicos e obras necessárias à sua instalação se imobilizaram cerca de 28 milhões de Euro e se procedeu a uma reavaliação livre do património imobiliário da empresa que, em termos brutos, registou uma valorização de cerca de 22 milhões de Euro, representando os abates cerca de 9 milhões de Euro.

Destacam-se, durante o exercício, a instalação da terceira Sunday 4000 e respectivo Stacker Civieme, bem como uma nova unidade CreoScitex de Computer-To-Plate de Revistas.

Sublinha-se que, a par das preocupações de natureza tecnológica, a Lisgráfica continua a não descuidar as componentes ambiental e de segurança bem como as condições de trabalho dos seus colaboradores.

2.2.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A evolução desta rubrica fez-se conforme o gráfico abaixo:



Registou-se uma queda global na Classe “Investimentos Financeiros” de cerca de 834 mil Euro.

A redução de 1.070 mil Euro ocorrida na rubrica “Partes de Capital em empresas do grupo” resulta do efeito da adopção do método da equivalência patrimonial relativamente aos resultados verificados nas Empresas do Grupo, de sinal positivo no tocante à Grafimadeira e Naveprinter, e de sinal contrário relativamente à Heska e Grafilis, bem como do registo da perda na alienação da Grafimadeira no valor de cerca de 565 mil Euro e do registo da mais-valia suspensa relacionada com a venda de um equipamento da Grafimadeira à Heska, no valor de 169,7 mil Euro e ainda do registo de uma menos-valia suspensa por efeito da venda da participação daquela empresa associada.

Na rubrica “Partes de Capital em Empresas Associadas” verificou-se um crescimento de 86,9 mil Euro decorrente da adopção do método da equivalência patrimonial e resultante da apropriação dos resultados apurados na Naveprinter de cerca de 50 mil Euro e Porenvel de cerca de 37 mil Euro, bem como do registo da venda da participação na Porenvel, registada nesta conta por 311 mil Euro.

O aumento de 472 mil Euro, registado em “Adiantamentos para Investimentos Financeiros” traduz a injeção de meios feita, ao longo do exercício, no “Guião” com vista a um eventual aumento de capital social.

A participação no Guião e na Videodata estão registadas ao custo de aquisição, uma vez que existem negociações em curso com diversas entidades com o objectivo de alienar, no todo ou em parte, as participações financeiras naquelas sociedades.

Por fim, a redução de cerca de 12,3 mil Euro, registada em Títulos e Outras Participações Financeiras deriva da venda de uma fracção imobiliária registada nesta conta.

As participações detidas pela Lisgráfica em 31/12/02 são as constantes do quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Efectiva Capital Social
1. Gestigráfica	5.062.714	50.000	100
2. Naveprinter	2.356.822	3.750.000	41
3. Guião	4.638.820	850.000	85
4. Videodata	723.257	250.000	100
5. Máquina de Estados	99.760	12.500	20

Unidade: Euro

Do Quadro acima alcança-se que o “Grupo Lisgráfica” sofreu, durante o exercício, alguns ajustamentos. Assim, por alienação das respectivas participações, saíram do perímetro do “Grupo” a Grafimadeira e a Porenvel, enquanto que a Heska saiu já em 2003, mas em data anterior à a provação das Contas do exercício em apreço.

Entretanto, no que toca às Empresas directamente detidas pela Lisgráfica, designadamente Guião, Videodata e Máquina de Estados mantém-se, no essencial, a intenção de alienação no caso das duas primeiras, logo que se observem condições propícias a tal desiderato, nomeadamente quando se verificar o arranque das “Novas economias”, enquanto no que toca à terceira a respectiva expressão está condicionada à percentagem de capital detido e à não participação da Lisgráfica na respectiva gestão.

Pelas razões expostas a consolidação pelo método da integração global restringir-se-ia à Grafilis que, pela sua dimensão não afecta no seu conjunto a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados do grupo, como se pode comprovar pela análise do Anexo às Contas.

Nestas condições entendeu a gestão não se justificar a apresentação de Contas Consolidadas por não concorrerem com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, procedendo-se na âmbito das Contas Individuais, à adopção do método da equivalência patrimonial relativamente às Sociedades “Gestigráfica” e “Naveprinter” a primeira quanto às participações detidas em 31/12/02 e a segunda quanto à participação directamente detida pela Lisgráfica.

2.2.4. VALORES ACTIVOS E PASSIVOS

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

ACTIVO	1998	1999	2000	2001	2002
Disponível	868	833	4.121	1.541	2.165
Créditos curto prazo	16.765	25.364	12.932	15.925	16.853
Créditos M/L prazo	-	-	6.721	-	-
Existências	2.100	2.150	3.071	2.206	1.756
Imobilizações	76.650	88.486	130.897	130.001	127.193
Acréscimos/Diferimentos	2.648	2.559	2.996	790	507
Total	99.031	119.392	160.738	150.463	148.474

PASSIVO	1998	1999	2000	2001	2002
Provisões Outros Riscos e Encargos	-	-	-	1.250	1.250
Débitos curto prazo	17.458	24.825	47.045	53.657	53.828
Débitos M/ prazo	48.198	61.058	69.838	68.273	72.221
Acréscimos/Diferimentos	3.467	3.307	3.314	4.143	4.025
Total	69.123	89.190	120.197	127.323	131.324

As variações mais significativas operadas nas rubricas do Activo Líquido, cujo valor total se reduziu cerca de 1.989 milhões de Euro (1,5%) registaram-se em Imobilizações, Existências e Acréscimos e Diferimentos com reduções, respectivamente, de 2,925 milhões de Euro, 450 e 283 mil Euro e Créditos a Curto Prazo e Disponibilidades que registaram incrementos, respectivamente, de 928 e 624 mil Euro.

As Imobilizações reduziram-se, em termos líquidos, cerca de 2.807 mil Euro o que equivale a investimentos corpóreos realizados no ano de 9,7 milhões de Euro, às amortizações praticadas no Imobilizado Corpóreo de 9,126 milhões de Euro, e no “Goodwill” de 704 mil Euro, ao valor dos abates líquidos de cerca de 1,6 milhões de Euro, à redução líquida das Imobilizações Financeiras de 834 mil Euro e ao decréscimo das Imobilizações Incorpóreas de cerca de 899 mil Euro, derivado do registo da anulação, por venda do Goodwill da “Porenvel” e do efeito das amortizações do Goodwill praticados em relação à Heska.

Os Créditos M/L Prazo não registaram qualquer alteração, mantendo uma extensão de 8,340 milhões de Euro, totalmente provisionada, e estão associados aos créditos sobre a “Gildapress”, empresa detentora da participação do “Comércio do Porto”.

Os Créditos a c/ prazo registam um incremento de 928mil Euro, ressaltando o incremento de cerca de 2,3 milhões de Euro em “Outros devedores”, explicado, fundamentalmente pelos saldos registados nas Entidades BCPI, TJB e Harris Heidelberg, que representam conjuntamente 2,4 milhões de Euro, e traduzem, respectivamente, valores a receber decorrentes de operações efectuadas ao longo do exercício, a redução de 1,129 milhões de Euro nas rubricas “Clientes c/c”, e “Clientes c/ Letras” decorrentes do incremento do volume de Letras Descontadas da ordem dos 5,8 milhões de Euro, associadas à operação de fim de ano envolvendo a Impala e o BCP, bem como a redução do volume de facturação sem Recurso, cedida às factoring, da ordem dos 1,3 milhões de Euro; o volume de créditos cedidos reduziu-se cerca de 2 milhões de Euro e o volume de Clientes de Cobrança Duvidosa permaneceu ao mesmo nível; a redução de 65 mil Euro na rubrica “Estado” e a redução de cerca de 229 mil Euro em “Empresas do Grupo.

As Existências registaram uma redução de 450 mil Euro, cuja explicação assenta num decréscimo da existência de Matérias Primas/Subsidiárias, de cerca de 447 mil Euro, explicada pela melhoria de rotação de stocks e numa ligeira redução da Produção em Curso, no final do exercício, de cerca de 3 mil Euro.

As Disponibilidades registaram um incremento de cerca de 624 mil Euro resultante, essencialmente, do incremento dos Depósitos a Prazo associados à consignação de receitas de Páginas Amarelas, uma vez que os Depósitos à Ordem, o valor de Títulos Negociáveis e o depósito a prazo associado à garantia bancária do Iapmei, permanecem a níveis semelhantes.

Os Acréscimos e Diferimentos activos traduzem uma redução de cerca de 283 mil Euro, em resultado da queda de custos suspensos no tocante nomeadamente a Seguros (64 mil Euro), Conservação/Reparação (107 mil Euro), Gastos com Emissão de Obrigações (71 mil Euro) e Outros Custos diferidos (41 mil Euro).

A análise do Passivo revela um aumento do endividamento de cerca de 4.001 mil Euro (3,1%).

Os Débitos a c/ Prazo revelaram um crescimento de 171 mil Euro merecendo realce, neste âmbito, os incrementos verificados nos créditos de “Fornecedores/Letras a Pagar” de 5.464 mil Euro, traduzindo o alargamento no prazo médio de pagamentos, consequência de comportamento semelhante dos clientes e dos constrangimentos de tesouraria; em “Estado e Outros Entes Públicos” reflectindo um crescimento de cerca de 3.591 mil Euro de créditos de impostos e contribuições para a Segurança Social que, por falta de capacidade de pagamento foram objecto de enquadramento no âmbito no “perdão fiscal” concedido nos termos de legislação recente; em “Empresas do Grupo” de cerca de 130 mil Euro e em “Dívidas a Instituições de Crédito” um valor residual de cerca de 44 mil Euro.

Em sentido inverso, registaram-se reduções nas rubricas de “Fornecedores de Imobilizado, c/c”, da ordem dos 1,653 milhões de Euro, reflectindo a queda de responsabilidades a um ano, emergentes dos contratos de leasing; em “Empréstimos por Obrigações” da ordem dos 2.444 mil Euro por pagamento da 4ª amortização de capital do empréstimo denominado “Obrigações Lisgráfica/97”; em “Adiantamentos de Clientes” da ordem dos 1,496 milhões de Euro resultantes da respectiva regularização; em “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 2.046 mil Euro resultante do pagamento da última tranche do Programa de papel Comercial do ex-Banco Mello; na rubrica “Outros Credores” de cerca de 1.418 mil Euro resultantes, nomeadamente, da regularização nos primeiros dias do exercício aos Obrigacionistas da 4ª prestação das “Obrigações Lisgráfica/97” vencida em 31/12/01; do incremento do saldo credor da Gestigráfica versus a Lisgráfica de cerca de 680 mil Euro; do incremento de cerca de 1.191 mil Euro de créditos das Companhias de factoring por facturação cedida e da redução de cerca de 845 mil Euro de outros créditos.

As variações ocorridas em Débitos a M/L prazo que, em resumo, ascendem a 3,948 milhões de Euro, traduzem a redução de “Empréstimos Obrigacionistas” em 2,4 milhões de Euro, consequência da amortização feita no ano das “Obrigações Lisgráfica/97”; a redução em “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 733 mil Euro, em resultado da transferência do “serviço da dívida” associado ao IAPMEI para o curto prazo; o incremento das Responsabilidades por Contratos de Locação Financeira em cerca de 3,5 milhões de Euro, traduzindo o recurso preferencial a esta forma de financiamento para o investimento técnico – em 2002 celebraram-se contratos novos, representando cerca de 8,0 milhões de Euro; o crescimento líquido da rubrica “Dívidas a Instituições de Crédito”, da ordem dos 3,5 milhões de Euro reflectindo as operações de consolidação e reescalamento do passivo financeiro empreendidas durante o exercício, junto dos Bancos

Os “Acréscimos e Diferimentos” passivos registaram uma redução de cerca de 119 mil Euro, sendo que em Acréscimos de Custos se registou uma variação crescente de cerca de 345 mil Euro, enquanto que em Proveitos Diferidos se verificou uma variação em sentido contrário de cerca de 464 mil Euro, designadamente resultante da queda em Subsídio ao Investimento (187 mil Euro) e Outros Proveitos Diferidos (276 mil Euro).

Mantendo a perspectiva cautelosa que levou à sua criação, manteve-se a Provisão para Outros Riscos e Encargos, com uma extensão de 1,250 milhões de Euro para fazer face a um conjunto de situações contingentes.

2.2.5. DESPESAS

Os encargos ao longo dos últimos cinco anos, evoluíram do seguinte modo:

	1998	1999	2000	2001	2002
CMVC	9.702	11.757	12.926	12.965	12.334
FSE	10.280	11.454	11.306	10.188	8.801
Despesas c/ o Pessoal	9.637	12.887	13.057	13.578	12.409
Despesas Financeiras	5.850	5.196	6.279	8.104	7.889
Amortizações / Provisões	7.198	8.157	9.063	9.855	9.143
Outras Despesas / Encargos	339	498	3.826	6.780	4.613
TOTAL	43.006	49.949	56.457	61.470	55.189

Unidade: Milhares de Euro

A variação de Custos do Exercício, relativamente ao ano anterior, traduz uma poupança de cerca de 6.281 mil Euro (10%) tendo-se registado decréscimos em todas as rubricas, ainda que nalgumas tenha uma expressão marginal.

O Custo das Mercadorias Vendidas/Consumidas representou 28,1% da facturação e reflectiu uma economia cerca de 632 mil Euro em relação ao ano anterior, ainda que traduzindo um crescimento de 0,9% no rácio CMCV/Vendas+Prestação de Serviços.

De facto registou-se um crescimento do consumo de papel como matéria-prima de cerca de 1,326 milhões de Euro (32,4%), resultante da incorporação de papel na produção de Folhetos/Catálogos que disparou no exercício, compensado pela redução de cerca de 1,536 milhões de Euro (94,9%) de consumo de papel não transformado.

No tocante a outras matérias primas, registou-se um incremento de Tintas de cerca de 66,5 mil Euro (1,4%), e uma economia de Chapas de cerca de 154 mil Euro (12,5%) e de Outras Matérias subsidiárias de cerca de 333 mil Euro (24,3%).

Em resultado de tais variações, o peso relativo do CMVC nas Receitas cresceu 0,9%, uma vez que estas em valor nominal tiveram uma queda de 3.831 mil Euro (47.664 mil Euro em 2001, contra 43.833 mil Euro em 2002), enquanto que os consumos registaram uma economia de 632 mil Euro (4,9%)

Os FSE registaram um decréscimo de 1.388 mil Euro (13,6%), reflectindo uma proporção de 20,0 % da facturação, contra 21,4% em 2001, a despeito da queda da facturação.

Registou-se um incremento em Subcontratos da ordem dos 256 mil Euro, resultante do maior recurso à subcontratação, designadamente em matéria de Impressão (318 mil Euro) e Acabamento (73 mil Euro), ainda que se tenha registado uma economia em Fotolito/Montagem (135 mil Euro), como reflexo do maior recurso aos CTP.

As variações ocorridas no concernente às rubricas de Serviços de Terceiros foram mais expressivas, abrangendo a generalidade das rubricas e implicaram um desagravamento global de 1.644 mil Euro, reflectindo as medidas de controlo e contenção empreendidas pela gestão, destacando-se reduções em Conservação e Reparação e Trabalhos especializados de, respectivamente, 702 mil Euro e 254 mil Euro, Rendas e Aluguers, Gás, Electricidade, e Vigilância e Segurança de, respectivamente, 67 mil Euro, 96 mil Euro, 47 mil Euro e 72 mil Euro e Outros Fornecimentos e Serviços com 406 mil Euro.

As Despesas com Pessoal caíram em relação ao ano anterior cerca de 1.169 mil Euro (8,6%), representando 28,2 % das Vendas Líquidas, contra 28,5% em 2001.

O desagravamento registado resulta das medidas tomadas durante o exercício, quer no domínio da alteração de regime laboral, quer no tocante a redução de efectivos.

Deste modo, constatamos que a rubrica “Ordenados e Encargos Sociais” registou uma queda de 870 mil Euro (9%), enquanto que o recurso a Horas Extraordinárias decresceu cerca de 243 mil Euro (12%), em relação ao ano anterior.

As restantes rubricas decresceram por arrastamento natural – Seguros, Custos de Acção Social e Outros Custos com Pessoal, ainda que com variações de grandeza diversa, apenas se verificando um ligeiro agravamento em Refeições.

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira e à evolução das condições de acesso ao crédito, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 215 mil Euro (2,7%), ainda que os Custos do exercício estejam sobrecarregados com cerca de 565 mil Euro inerentes à alienação da Grafimadeira, por força da anulação do método da equivalência patrimonial a tal activo financeiro; corrigido de tal efeito, a melhoria teria sido mais significativa, com uma expressão de cerca de 780 mil Euro (10%), e o rácio abaixo fornecido, por comparação com as Vendas líquidas, teria uma expressão de 16,6%.

Face às Vendas Líquidas, os Custos Financeiros representaram em 2002 cerca de 18,0%, contra 17,0% em 2001.

As medidas tomadas no domínio do reenquadramento e consolidação da dívida aliadas à evolução das taxas produziu efeitos em quase todas as fontes de financiamento assumindo particular realce em Juros de Empréstimos Bancários (1.893 mil Euro em 2002, contra 2.061 mil Euro em 2001), Juros de Leasing (1.707 mil Euro em 2002, contra 1.722 mil Euro em 2001), Juros de Papel Comercial (1.044 mil Euro em 2002, contra 1.127 mil Euro em 2001), e Juros de Factoring (307. mil Euro em 2002, contra 462 mil Euro em 2001). A evolução dos Juros de Empréstimos Obrigacionistas (301 mil Euro em 2002, contra 682 mil Euro em 2001), reflecte a amortização efectuada no exercício;

as restantes rubricas situaram-se a níveis idênticos, entre os dois exercícios, salvo “Outros Custos Financeiros que registou um agravamento expressivo, por englobar o efeito da perda registada na alienação da Grafimadeira, já acima referida.

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 105 mil Euro, reflexo do fim da vida fiscal de alguns bens e da paragem de investimento no exercício.

Do valor de 9.133 mil Euro de amortizações praticadas, couberam a bens adquiridos em Leasing cerca de 5.316 mil Euro.

Cabe ainda referir que os custos de 2002 incluem, classificados como Custos Extraordinários, cerca de 3.600 mil Euro relacionados com a alienação do Edifício do Bairro Alto, no âmbito da cedência de posição contratual num Contrato de Leasing e da perda registada na venda dos créditos detidos pela Lisgráfica na Renascença Gráfica, créditos esses oportunamente provisionados.

2.2.6. CAPITALS PRÓPRIOS

A sua evolução foi a seguinte:

	1998	1999	2000	2001	2002
Capital	19.952	19.952	19.952	20.000	19.527
Reservas/Ajustamentos	7.173	7.895	18.785	14.476	3.515
Resultados Retidos	2.783	2.355	1.754	(11.336)	(5.892)
TOTAL	29.908	30.202	40.541	23.140	17.151

Unidade: Milhares de Euro

O Resultado Líquido do exercício findo em 31/12/01 foi na sua totalidade transferido para a rubrica Resultados Transitados.

As alterações operadas nos Capitais Próprios, durante o exercício, para além das que envolveram a aplicação de resultados do exercício, traduziram-se na transferência de “Ajustamentos de Partes de Capital” de 79.166 Euro, relacionados com a alienação da “Grafimadeira” e da reposição de uma mais-valia suspensa apurada aquando da venda da participação da mesma Empresa.

Os Capitais Próprios da Empresa registaram uma queda de 5.989 mil Euro (25,9%), pelo efeito conjugado dos resultados líquidos apurados no exercício, que se situaram em (5.892) mil Euro e pela reposição da anulação da menos-valia suspensa registada por força da alienação da “participação na “Grafimadeira” a que já acima fizemos referência.

A relação Capitais Próprios/Capitais Alheios evoluiu de 18,2% em 2001 para 13,0% em 2002.

Do valor alojado em Reservas de Reavaliação Fiscais (8,963 milhões de Euro), foram realizados no exercício cerca de 437 mil Euro, pelo que o valor realizado acumulado no final de 2002 representa 5,1 milhões de Euro, estando realizadas Reservas de Reavaliação Livre no montante aproximado de 3,2 milhões de Euro.

2.2.7. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS E DE ACTIVIDADE

	1998	1999	2000	2001	2002
Produção (mil Euro)	45.000	51.239	53.994	48.165	45.769
Activo Líquido (mil Euro)	99.031	119.392	160.738	150.463	148.474
Situação Líquida (mil Euro)	29.908	30.202	40.541	23.140	17.151
Desp. c/ Pessoal (mil Euro)	9.637	12.887	13.057	13.578	12.409
Papel Transformado (Ton.)	70.000	75.000	80.000	80.000	85.000
Exemplares/semana (mil.)	5.900	6.250	6.500	6.750	7.000
Capacidade Produtiva *	535	535	675	675	700
Remuneração per/capita (mil Euro)	23,7	25,6	24,6	25,7	25,4
VAB (mil Euro)	35.295	39.480	41.068	35.200	33.435
VAB Per Capita (mil Euro)	78,5	78,5	77,3	66,7	68,4
Meios Libertos (mil Euro)	11.846	11.990	10.911	(1.538)	3.346
Autonomia Financeira (%)	30,2	25,3	25,2	15,4	11,5

* Milhares de cadernos de 16 páginas/hora.

2.2.8. RESULTADOS

	1998	1999	2000	2001	2002
Resultados Operacionais	7.900	6.585	7.041	912	2.402
Resultados Financeiros	(3.671)	(2.953)	(4.852)	(7.114)	(7.684)
Resultados antes Impostos	4.649	3.837	1.848	(11.214)	(5.282)
Imposto s/ Rendimento	1.871	1.481	94	122	95
Resultados Líquidos	2.778	2.356	1.754	(11.336)	(5.892)

Unidade: Milhares de Euro.

Tal como no exercício precedente, foram altamente desfavoráveis as condições em que a actividade foi desenvolvida, com uma conjuntura económica de abrandamento, com a persistência da queda do investimento publicitário e a consequente reacção dos editores emagrecendo as publicações, reduzindo as tiragens e suspendendo ou desistindo de novos projectos que tinham em carteira.

As medidas tomadas pela gestão no sentido de minorar os efeitos da crise, quer em matéria comercial buscando mercados/segmentos menos vulneráveis ao fenómeno publicitário quer de gestão interna em matéria de custos, apenas parcialmente resultaram.

Com efeito, as medidas tomadas em matéria comercial geraram um crescimento significativo no segmento de “Folhetos/Catálogos”, com o senão de implicar uma incorporação de papel de expressão elevada, mas em síntese as Vendas Totais registaram um decréscimo de cerca de 3,9 milhões de Euro (8%).

Em matéria de Custos, as medidas tomadas geraram efeitos mais visíveis, tendo-se registado uma economia de cerca de 6,3 milhões de Euro (10,2%), a despeito de a estrutura de custos da empresa apresentar uma certa rigidez, acrescendo a circunstância de, saindo de um ciclo de forte investimento orientado para o aumento da capacidade produtiva, as amortizações e os custos financeiros inerentes se terem mantido num patamar alto e do acréscimo de consumos determinado pelo incremento das Vendas no segmento de Folhetos.

Por outro lado, e em consequência das medidas de alienação de activos não operacionais, foram registados custos associados à venda da Grafimadeira e Porenvel, bem como à cedência do Contrato de Leasing envolvendo o Edifício do Bairro Alto no montante aproximado de 1,2 milhões de Euro, gerando a venda dos créditos sobre a Renascença Gráfica uma perda de cerca de 3 milhões de Euro, registada em Custos Extraordinários.

As conjuntura em que decorreu a actividade determinou a ocorrência de perdas financeiras nas Empresas do Grupo de cerca de 1,6 milhões de Euro.

Todas estas circunstâncias, actuando em conjunto, determinaram que as performances registadas fossem negativas e conduzissem a Resultados que a seguir comentamos.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 2.402 mil Euro, superiores aos do exercício anterior cerca de 1.490 mil Euro porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 2.396 mil Euro, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram uma melhoria de cerca de 3.886 mil Euro.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (7.684) mil Euro, contra (7.114) mil Euro em 2001 piorando, em consequência, cerca de 570 mil Euro (8,0%). Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 275 mil Euro, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como da redução cifrada em cerca de 785 mil Euro de Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes assumem a expressão de (5.282) mil Euro, contra (6.202) mil Euro em 2001.

Os Resultados Extraordinários variaram positivamente cerca de 4.499 mil Euro, por efeito conjugado da queda de 2.183 mil Euro dos Custos Extraordinários (6.114 mil Euro em 2001, contra 3.931 mil Euro em 2002), e da melhoria dos Proveitos Extraordinários que registaram um incremento de cerca de 2.316 mil Euro (1.102 mil Euro em 2001, contra 3.418 mil Euro em 2002).

Para estas variações concorreram, no tocante a Proveitos, a utilização da Provisão criada para os créditos detidos sobre a Renascença Gráfica, em resultado da sua cedência à Gestprint e, no que respeita a Custos, a ocorrência de menores saneamentos das contas do que os efectuados no exercício anterior, limitando-se aos relacionados com a perda na venda dos créditos sobre a RG, no valor de cerca de 3 milhões de Euro e da cedência do contrato de leasing envolvendo o edifício do Bairro Alto, traduzindo uma perda de cerca de 600 mil Euro.

O Cash-flow atingiu 3.346 milhões de Euro, contra (1.538) milhões de Euro em 2001, registando uma melhoria de 4.884 milhões de Euro, reflexo da melhoria do Resultado Líquido já amplamente justificada e de uma descida da rubrica Amortizações/Provisões de cerca de 712 mil Euro.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e a despeito da ligeira redução do Activo Líquido (1.989 mil Euro) atingiu a expressão de 11,5%, contra o índice de 15,4% verificado em 2001, por força da queda dos Capitais Próprios de cerca de 6 milhões de Euro, explicada em 2.2.6.

3. PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2003

Tendo em consideração os riscos e incertezas que irão condicionar a conjuntura económica no ano de 2003, estima-se a continuação da tendência de estagnação para a economia portuguesa e a persistência da crise da publicidade até ao último trimestre do ano.

De resto, os indicadores já conhecidos e relativos ao 1º trimestre do ano em curso, não demonstrando com tanta eloquência índices de queda do investimento publicitário com tanta expressão como em 2002, revelam sinais dos efeitos da concorrência interna e internacional cada vez mais significativos.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância. Tais medidas tiveram já efeitos visíveis no exercício precedente, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2003.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2003 foi feita em moldes conservadores não só tendo em conta a conjuntura esperada, como também admitindo que os segmentos tradicionais do mercado não se comportarão de maneira mais favorável que em 2002 e, admitindo que o crescimento apenas se registará em “Jornais”, segmento que irá ser reestruturado a partir do 2º semestre do exercício e “Listas Telefónicas” por força da passagem integral para as quatro cores.

Aflorando aquele documento, constatamos que as Vendas orçamentadas apontam para cerca de 41 milhões de Euro e o Valor Acrescentado representa cerca de 31,5 milhões de Euro.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos ligeiramente abaixo do Programa Económico fixado, enquanto que em matéria de Custos nos situamos dentro do Programa, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2003, o quer equivale ao regresso ao equilíbrio, para que o exercício de 2004 possa constituir o ano da retoma.

Tendo no exercício de 2002 decorrido uma auditoria de acompanhamento no âmbito da Certificação de Qualidade, iniciaram-se as acções tendentes à transição para a Norma NP EN ISO 9001:2000 que se estima culminem em Outubro de 2003, com a obtenção do respectivo reconhecimento.

Iniciaram-se os trabalhos tendentes à instalação da Rotativa de Jornais *Regioman*, encomendada em 2002 e que será instalada no final do 1º semestre de 2003, no quadro da reformulação do Departamento de Jornais, por forma a adequá-lo às condições actuais/futuras de laboração e às consultas/propostas em carteira, no sentido de melhor servir o mercado neste segmento.

Desenvolver-se-ão medidas de alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras das quais se concretizou, durante o primeiro trimestre do exercício, a participação detida pela Gestigráfica na Heska Portuguesa.

Em paralelo, e dando seguimento a medidas empreendidas e concretizadas em 2002 no tocante à reestruturação do passivo financeiro, estão em curso e prosseguirão em 2003 negociações com parceiros financeiros e fornecedores estratégicos tendentes a ajustar de forma satisfatória para ambas as partes, compromissos da dívida à evolução previsível da conjuntura económica e da capacidade financeira da empresa.

Cabe aqui uma palavra de apreço e agradecimento aos parceiros contactados a este propósito que, na sua generalidade, e no âmbito de uma relação de muitos anos, têm manifestado disponibilidade para encontrar a solução pela Lisgráfica desejada.

Em matéria de gestão, alargar-se-à a outros sectores da empresa, as medidas de transição para o regime de laboração contínua, buscando sempre os melhores índices de produtividade e a optimização da relação custo/produção, prosseguindo o processo de adaptação de recursos materiais e humanos às actuais condições do mercado.

Com a colaboração de uma empresa de consultoria especialista, continuará a implementar-se um novo Sistema Integrado de Gestão, com vista à obtenção de melhores e mais atempadas informações de gestão.

4. NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções própria, ao mesmo tempo que, tendo renunciado à subscrição dos direitos de accionista, no aumento de capital do BCP, mantém na sua carteira de títulos 110.953 acções daquela Instituição Financeira..

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

Aos Senhores Accionistas, e renovando o pedido formulado no exercício precedente, apelamos no sentido de que, apesar de confiantes na eficácia das medidas de natureza económica tomadas tendentes a minorar o efeito da crise conjuntural e das iniciativas desencadeadas junto das Instituições Financeiras para ajudar a Empresa a ultrapassar esta fase de constrangimentos, tomem na devida nota a situação financeira da Empresa.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

“ Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2002, no montante de Euro (5.891.679,54) (Cinco milhões, oitocentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e nove Euro e cinquenta e quatro cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

1. Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo.”

Queluz de Baixo, 25 de Março de 2003.

O Conselho de Administração

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do n.º 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2002, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 31 de Dezembro de 2002 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS ANEXAS. REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (VALORES EM EURO)

Autofinanciamento	3.251.159
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a € 5	260.437

Durante o exercício não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2002			2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	19.691	13.552	6.139	10.457
Trespases	10	13.663.347	2.732.669	10.930.678	11.825.276
		13.683.038	2.746.221	10.936.817	11.835.733
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10	14.084.357	-	14.084.357	10.818.078
Edifícios e outras construções	10	36.600.068	9.399.177	27.200.891	25.403.475
Equipamento básico	10	113.512.306	57.311.919	56.200.387	55.836.991
Equipamento de transporte	10	658.583	392.989	265.594	304.874
Ferramentas e utensílios	10	56.868	24.609	32.259	38.688
Equipamento administrativo	10	1.083.308	623.603	459.705	565.287
Outras imobilizações corpóreas	10	738.631	163.477	575.154	606.945
Imobilizações em curso	10	1.493.061	-	1.493.061	7.810.709
		168.227.182	67.915.774	100.311.408	101.385.047
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	10.424.791	-	10.424.791	11.494.932
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	2.456.581	-	2.456.581	2.681.077
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	27.267
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	3.048.438	-	3.048.438	2.576.022
		15.944.774	-	15.944.774	16.779.298
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo	34	1.609.692	33.539	1.576.153	2.155.584
Produtos e trabalhos em curso		42.198	-	42.198	45.515
Mercadorias		137.207	-	137.207	4.634
		1.789.097	33.539	1.755.558	2.205.733
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Outros devedores	23	8.339.823	8.339.823	-	-
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		13.603.219	-	13.603.219	14.115.975
Clientes - títulos a receber		126.544	-	126.544	742.500
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	8.263.399	8.263.399	-	-
Empresas do grupo	16	266.005	-	266.005	514.912
Empresas participadas e participantes	16	9.605	-	9.605	-
Adiantamentos a fornecedores		9.133	-	9.133	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		1.018	-	1.018	1.018
Estado e outros entes públicos	48	96.585	-	96.585	161.868
Outros devedores	16, 23 e 34	2.850.435	109.203	2.741.232	389.148
		25.225.943	8.372.602	16.853.341	15.925.421
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		-	-	-	39.904
Outras aplicações de tesouraria		629.972	-	629.972	629.972
		629.972	-	629.972	669.876
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	52	1.529.761		1.529.761	859.487
Caixa	52	5.593		5.593	11.987
		1.535.354		1.535.354	871.474
Acréscimos e diferimentos:					
Custos diferidos	49	507.207		507.207	790.485
Total de amortizações			70.661.995		
Total de provisões			16.745.964		
Total do activo		235.882.390	87.407.959	148.474.431	150.463.067

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 37 e 40	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(260.437)	(260.437)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(212.544)	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(2.251.191)	(2.330.357)
Reservas de reavaliação	40	28.021.789	28.021.789
Reservas:			
Reserva legal	40	906.512	906.512
Outras reservas	40	7.912	7.912
Resultados transitados	40	(23.169.677)	(11.656.588)
Subtotal		23.042.363	34.476.287
Resultado líquido do exercício	40	(5.891.680)	(11.336.025)
Total do capital próprio		17.150.684	23.140.262
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.250.000	1.250.000
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		-	2.444.010
Dívidas a instituições de crédito	50	22.056.315	18.512.922
Outros empréstimos obtidos	50	19.919.619	20.652.528
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		186.521	145.823
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	30.058.283	26.517.244
		72.220.738	68.272.527
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	2.444.309	4.888.319
Dívidas a instituições de crédito	50	9.326.896	9.283.106
Fornecedores, conta corrente		16.495.494	10.184.064
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		79.308	90.853
Fornecedores - títulos a pagar		1.947.990	2.871.699
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		541.353	453.195
Empresas do grupo	16	169.939	39.505
Adiantamentos de clientes		-	1.496.364
Outros empréstimos obtidos	50	2.011.678	4.057.889
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	9.797.283	11.450.584
Estado e outros entes públicos	48	4.734.446	1.143.945
Outros credores	16 e 51	6.279.712	7.697.438
		53.828.408	53.656.961
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	1.980.094	1.635.018
Proveitos diferidos	49	2.044.507	2.508.299
		4.024.601	4.143.317
Total do passivo		131.323.747	127.322.805
Total do capital próprio e passivo		148.474.431	150.463.067

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocinio

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2002		2001	
Custo das mercadorias vendidas e materias consumidas:					
Mercadorias	41	82.990		1.619.655	
Matérias	41	12.250.517	12.333.507	11.345.381	12.965.036
Fornecimentos e serviços externos			8.800.506		10.188.166
Custos com o pessoal:					
Remunerações		8.934.195		9.973.464	
Encargos sociais:					
Pensões		16.361		30.753	
Outros		3.458.326	12.408.882	3.573.550	13.577.767
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	9.132.650		9.237.292	
Provisões	34	10.189	9.142.839	618.017	9.855.309
Impostos		559.208		488.222	
Outros custos e perdas operacionais		122.430	681.638	178.483	666.705
(A)			43.367.372		47.252.983
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	1.676.945		1.134.477	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	45	41		248	
Juros e custos similares:					
Outros	45	6.149.575	7.826.561	6.969.359	8.104.084
(C)			51.193.933		55.357.067
Custos e perdas extraordinários	46		3.931.328		6.113.538
(E)			55.125.261		61.470.605
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 48		95.470		122.497
(G)			55.220.731		61.593.102
Resultado líquido do exercício			(5.891.680)		(11.336.025)
			49.329.051		50.257.077
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias		346.060		1.779.082	
Produtos	44	43.486.900	43.832.960	45.884.675	47.663.757
Variação da produção	42		(3.317)		(141.563)
Trabalhos para a própria empresa			205.000		217.359
Proveitos suplementares		-	1.734.625	-	425.755
(B)			45.769.268		48.165.308
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	86.910		769.401	
Rendimentos de participações de capital		16.607		2.245	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Outros		688		806	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	38.023	142.228	217.373	989.825
(D)			45.911.496		49.155.133
Proveitos e ganhos extraordinários	46		3.417.555		1.101.944
(F)			49.329.051		50.257.077
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			2.401.896		912.325
Resultados financeiros: (D - B) - (C -A) =			(7.684.333)		(7.114.259)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(5.282.437)		(6.201.934)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(5.796.210)		(11.213.528)
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			(5.891.680)		(11.336.025)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patocinio

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Valores em Euros)

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	43.832.960	47.663.757
Custo das vendas e das prestações de serviços	(38.505.489)	(41.442.151)
<i>Resultados brutos</i>	5.327.471	6.221.606
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.686.303	394.792
Custos de distribuição	(551.563)	(723.242)
Custos administrativos	(2.867.462)	(3.465.522)
Outros custos e perdas operacionais	(1.192.369)	(1.102.145)
<i>Resultados operacionais</i>	2.402.380	1.325.489
Custo líquido de financiamento	(6.064.643)	(7.163.154)
Ganhos(perdas) em filiais e associadas	(1.590.035)	(365.076)
Ganhos(perdas) em outros investimentos	(543.912)	807
Resultados não usuais ou não frequentes	-	(5.011.594)
<i>Resultados correntes</i>	(5.796.210)	(11.213.528)
Impostos sobre os resultados correntes	(95.470)	(122.497)
<i>Resultados correntes após impostos</i>	(5.891.680)	(11.336.025)
<i>Resultados líquidos</i>	(5.891.680)	(11.336.025)
Resultados por acção	(1,47)	(2,83)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

Nota 42 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2002

(Valores em Euros)

Movimentos	Produtos acabados e trabalhos em curso	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Prestações de serviços
Existências finais.....	42.198		
Regularização de existências...			
Existências iniciais.....	-45.515		
Aumento/ redução no exercício	-3.317		

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas. A Empresa participa ainda no capital de um conjunto de empresas (Nota 16), que actuam essencialmente no mercado de impressão e actividades conexas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.d), infra. A Empresa não irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 está dispensada de o fazer, em virtude de: (i) as participações financeiras no Guião – Divulgação Promocional Indústrias e Comércio, S.A. ("Guião"), Videodata – Desenvolvimento Base e de Dados, S.A. ("Videodata") e na Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska", participação detida pela empresa participada Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.), encontram-se em 31 de Dezembro de 2002 em processo de negociação para venda (Nota 53) e (ii) as restantes participações financeiras em empresas do grupo, relativas à Gestigráfica e Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") não são materialmente relevantes no seu conjunto, para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultado do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2002, os principais elementos financeiros da Heska e Grafilis, extraídas das demonstrações financeiras naquela data, eram como segue:

Designação	Activo	Capital Próprio	Proveitos Totais	Resultado Líquido	Percentagem de participação efectiva
Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. (a)	31.110.196	14.891.951	19.744.512	(340.861)	100
Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. (a)	2.655.612	1.294.589	1.550.054	(297.069)	100

(a) Estas empresas são detidas na totalidade pela Gestigráfica.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas incorridas com aumentos de capital e trespases (“goodwill”) encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. As despesas com aumentos de capital são amortizadas durante um período de três e os trespases durante o período estimado de recuperações dos investimentos (Nota 3.d)).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, excepto, os imóveis afectos à actividade industrial, que foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada no exercício de 2000, com base em relatórios de avaliação efectuados por entidades independentes. Esta reavaliação extraordinária implicou àquela data, aumentos de 21.958.923 Euros e 2.900.375 Euros, respectivamente, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas. Em 31 de Dezembro de 2002, o efeito líquido desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios da Empresa ascende a 15.869.477 Euros (Nota 13).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliados dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições legais (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram aumentadas em Euro 813.364. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 3.358.620 Euros, decorrente das reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais e em, aproximadamente, 9.376.477 Euros decorrente da reavaliação extraordinária (Nota 13).

A Empresa difere as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas Guião – Divulgação Promocional Indústrias e Comércio, S.A. (“Guião”), Máquinas de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (“Máquinas de Estados”) e Videodata – Desenvolvimento Base e de Dados, S.A. (“Videodata”) encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os restantes investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios das empresas participadas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespases e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos e que actualmente se estabelece em vinte anos.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fábrica, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos (Nota 49), e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração de resultados.

j) Impostos diferidos

A Empresa não regista nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com diferenças temporais entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28. O efeito do registo contabilístico, no exercício de 2002, desta norma encontra-se, no exercício de 2002, descrito na Nota 6.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

Nos termos de artigo n.º 81 do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os períodos tributáveis iniciados em 1 de Janeiro de 1998 e cinco anos para os anteriores (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 21.000.000 Euros.

Conforme referido na Nota 3.j), a Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras, os impostos diferidos relacionados com diferenças temporais entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso a Empresa tivesse optado por registar o seu efeito, a Empresa registaria, essencialmente, activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis à data do balanço no montante aproximado de 6.930.000 Euros e passivos por impostos diferidos relacionados com reavaliações efectuadas (Nota 3.b) no montante aproximado de 5.200.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 489 e 528 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Adições	Alienações e abates	Transferências	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	90.794	-	2.245	(73.348)	-	19.691
Trespases	13.898.270	-	-	(234.923)	-	13.663.347
	<u>13.989.064</u>	<u>-</u>	<u>2.245</u>	<u>(308.271)</u>	<u>-</u>	<u>13.683.038</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	10.818.078	-	-	(504.633)	3.770.912	14.084.357
Edifícios e outras construções	34.219.352	-	393.266	(1.558.239)	3.545.689	36.600.068
Equipamento básico	109.519.083	-	7.788.569	(4.277.475)	482.129	113.512.306
Equipamento de transporte	726.672	-	5.713	(73.802)	-	658.583
Ferramentas e utensílios	86.649	-	-	(29.781)	-	56.868
Equipamento administrativo	1.266.391	-	2.789	(185.872)	-	1.083.308
Outras imobilizações corpóreas	759.894	-	1.523	(22.786)	-	738.631
Imobilizações em curso	7.810.709	-	1.481.082	-	(7.798.730)	1.493.061
	<u>165.206.828</u>	<u>-</u>	<u>9.672.942</u>	<u>(6.652.588)</u>	<u>-</u>	<u>168.227.182</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	11.494.932	(1.070.141)	-	-	-	10.424.791
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	2.681.077	86.910	-	(311.406)	-	2.456.581
Títulos e outras aplicações financeiras	31.478	-	-	(16.514)	-	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	2.576.022	-	472.416	-	-	3.048.438
	<u>16.783.509</u>	<u>(983.231)</u>	<u>472.416</u>	<u>(327.920)</u>	<u>-</u>	<u>15.944.774</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 a rubrica “Trespases” respeita ao goodwill gerado na aquisição da Gestigráfica, relacionado com o investimento financeiro na Heska. Este valor encontra-se a ser amortizado no período estimado de recuperação do investimento financeiro, actualmente fixado em vinte anos.

O aumento ocorrido no exercício de 2002, na rubrica “Equipamento básico”, refere-se essencialmente à aquisição de uma rotativa para a impressão de revistas, no montante de 6.601.043 Euros, ao abrigo de um contrato de locação financeira (Nota 15).

Em resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2002, registaram-se os seguintes movimentos:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Notas 16 e 45)	(972.243)
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	86.910
Reconhecimento de menos-valia diferida (Nota 40) (a)	(97.898)
	<u>(983.231)</u>

(a) Este montante resulta da alienação da participação financeira que a Gestigráfica detinha na Grafimadeira – Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A. (Grafimadeira”) que havia sido adquirida em exercícios anteriores à Empresa com uma menos-valia de 97.898 Euros, a qual foi diferida até ao momento da venda da Grafimadeira (Nota 16).

A diminuição ocorrida nas rubricas “Partes de capital em empresas associadas” e “Trespases” resulta da alienação da participação financeira na Porenvel – Distribuição, Comércio e Serviços, Lda (“Porenvel”) pelo montante de 500.000 Euros.

A rubrica “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” refere-se na sua

totalidade a adiantamentos para futuros aumentos de capital da participada Guião.

Amortizações acumuladas e provisões					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfe- rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	80.337	6.563	(73.348)	-	13.552
Trespases	2.072.994	704.702	(45.027)	-	2.732.669
	<u>2.153.331</u>	<u>711.265</u>	<u>(118.375)</u>	<u>-</u>	<u>2.746.221</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	8.815.877	1.043.960	(460.660)	-	9.399.177
Equipamento básico	53.682.091	7.889.020	(4.259.192)	-	57.311.919
Equipamento de transporte	421.798	44.994	(73.803)	-	392.989
Ferramentas e utensílios	47.961	6.429	(29.781)	-	24.609
Equipamento administrativo	701.105	108.371	(185.873)	-	623.603
Outras imobilizações corpóreas	152.950	33.313	(22.786)	-	163.477
	<u>63.821.782</u>	<u>9.126.087</u>	<u>(5.032.094)</u>	<u>-</u>	<u>67.915.774</u>
Investimentos financeiros:					
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 45)	4.211	41	(4.252)	-	-
	<u>4.211</u>	<u>41</u>	<u>(4.252)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os aumentos de amortizações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, encontram-se registados na demonstração de resultados como segue:

Amortizações de outras imobilizações incorpóreas	6.563
Amortizações de imobilizado corpóreo	<u>9.126.087</u>
	9.132.650
Amortização dos trespases (Nota 45)	<u>704.702</u>
	<u>9.856.274</u>

11. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALISADOS

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa capitalizou, na rubrica de “Imobilizações em curso”, o montante de 268.350 Euros relativo a encargos financeiros incorridos nos contratos de locação financeira durante o respectivo período de construção dos activos.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 31 de Dezembro de 2002, líquidos de amortizações acumuladas a abates, é o seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	2.019.360	504.840	2.524.200
Edifícios e outras construções	4.811.513	1.051.105	5.862.618
Equipamento básico	6.891.231	2.307.493	9.198.724
	<u>13.722.104</u>	<u>3.863.438</u>	<u>17.585.542</u>

Adicionalmente, a Empresa procedeu durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a uma reavaliação extraordinária de imóveis, do que resultou um acréscimo líquido do imobilizado e dos capitais próprios aquela data de 19.058.548 Euros (Nota 3.b)). Em 31 de Dezembro de 2002 o valor líquido reavaliado ascendia a 15.869.477 Euros, sendo que um montante aproximado de 6.493.000 Euros respeita a “Terrenos e recursos naturais” e um montante de 9.376.477 Euros respeita a “Edifícios e outras construções” (Nota 3.b)).

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Edifícios e outras construções	15.053.532	2.019.360	2.102.497	14.970.394
Equipamento básico	69.121.241	8.293.550	36.835.658	40.579.133
Equipamento de transporte	364.940	-	223.525	141.415
Ferramentas e utensílios	36.617	-	12.969	23.648
Equipamento administrativo	79.745	-	18.966	60.779
Imobilizações em curso	132.490	-	-	132.490
	<u>84.788.565</u>	<u>10.312.910</u>	<u>39.193.615</u>	<u>55.907.859</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta-corrente” um montante de 34.581.688 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 30.058.283 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano, e são como segue:

2003	4.523.405
2004	5.102.251
2005	4.637.310
2006	4.562.595
2007 e seguintes	<u>15.756.127</u>
	<u>34.581.688</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital Próprio	Proveitos Totais	Resultado Líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	19.853.890	7.022.593	48.361	(972.243)	100	5.062.714
Guião (b)	6.313.844	197.762	2.748.902	(861.247)	85	4.638.820
Videodata (b)	588.337	98.444	-	(154.134)	100	723.257
						<u>10.424.791</u>

(a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia apurada no exercício de 1999 pela Lisgráfica, relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 311.466 Euros. O resultado líquido negativo gerado por esta participada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 resultou essencialmente da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido das suas participadas e da alienação da participação financeira na Grafimadeira, nos montantes de aproximadamente, 405.700 Euros e 566.500 Euros (Nota 10), respectivamente.

(b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Esta participação financeira encontra-se registada ao custo.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital Próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valores de balanço (Nota 10)
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (a)	32.371.235	7.365.067	13.946.135	156.303	32	2.356.821
Máquina de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (b)	133.698	18.705	248.671	24.336	20	99.760
						<u>2.456.581</u>

(a) A Gestigráfica detém uma participação de 9,0256% do capital da Naveprinter pelo que a percentagem efectiva de participação que detém nesta empresa é de aproximadamente 41% do respectivo capital.

(b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Esta participação financeira encontra-se registada ao custo.

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Cientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo (saldo devedor)	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores títulos a pagar	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência	Empresas do grupo (saldo credor)	Outros Credores
Gestigráfica	584	-	-	-	-	-	39.399	973.991
Heska	138.851	2.720	-	3.539.927	-	32.826	-	-
Grafilis	-	-	-	726.037	-	-	-	288.879
Gesprint	-	-	263.087	22.385	-	-	130.540	-
Naveprinter	251.886	79.585	7.697	1.441.147	387.284	-	-	-
Guião	404.382	70.633	2.918	-	-	-	-	-
Máquina de Estados	-	-	1.908	4.677	-	-	-	5.023
Videodata	-	2.226	-	-	-	-	-	-
	<u>795.703</u>	<u>155.164</u>	<u>275.610</u>	<u>5.734.173</u>	<u>387.284</u>	<u>32.826</u>	<u>169.939</u>	<u>1.267.893</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, as transacções com empresas do grupo são como segue:

	Custo das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Vendas de produtos	Outros proveitos
Heska	2.833.100	1.009.425	1.995.267	304.076
Grafilis	-	373.729	113.532	10.524
	<u>2.833.100</u>	<u>1.383.184</u>	<u>2.108.799</u>	<u>313.600</u>

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa nos montantes de 8.263.399 Euros e 8.449.026 Euros registadas na rubrica de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando provisionadas na sua totalidade (Nota 34).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, no montante de 7.642.120 Euros.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam empréstimos bancários, nos montantes de 1.496.394 Euros, 9.477.160 Euros e 2.244.890 Euros, garantidos por hipotecas sobre alguns edifícios propriedade da Empresa (Nota 50).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros no montante de 404.113 Euros.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções (Nota 46)	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas (Nota 23)	19.791.931	-	(3.079.506)	16.712.425
Provisões para depreciação de Existências	23.350	10.189	-	33.539
Provisões para outros riscos e encargos	1.250.000	-	-	1.250.000
	<u>19.815.281</u>	<u>10.189</u>	<u>(3.079.506)</u>	<u>17.995.964</u>

A provisão para outros riscos e encargos, destina-se a cobrir riscos inerentes à actividade da Empresa.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2002:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	20.000.000
Acções próprias – Valor nominal	(260.437)	-	-	(260.437)
Acções próprias – Descontos e Prémios	(212.544)	-	-	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 10)	(2.330.357)	-	79.166	(2.251.191)
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	28.021.789
Reserva legal	906.512	-	-	906.512
Outras reservas	7.912	-	-	7.912
Resultados transitados (Nota 10)	(11.656.588)	(97.898)	(11.415.191)	(23.169.677)
Resultado líquido do exercício	<u>(11.336.025)</u>	<u>(5.891.680)</u>	<u>11.336.025</u>	<u>(5.891.680)</u>
	<u>23.140.262</u>	<u>(5.989.580)</u>	<u>-</u>	<u>17.150.684</u>

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 24 de Maio de 2002, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 para resultados transitados.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido

anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12) e de reavaliações extraordinárias efectuadas no exercício de 2000 (Nota 3 b) e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	4.634	2.178.934
Compras	217.474	11.708.364
Regularização de existências	(1.911)	(27.089)
Existências finais	(137.207)	(1.609.692)
	<u>82.990</u>	<u>12.250.517</u>

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

Existências finais	42.198
Existências iniciais	(45.515)
	<u>(3.317)</u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram como segue:

Conselho de Administração	216.346
Conselho Fiscal	32.650
	<u>248.996</u>

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	43.828.083
Mercado externo	4.877
	<u>43.832.960</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	5.614.436	6.500.409
Perdas em empresas do grupo e associadas (a)	1.676.945	1.134.477
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 10)	41	248
Diferenças de câmbio desfavoráveis	421	1.155
Descontos de pronto pagamento concedidos	112.424	112.610
Outros custos e perdas financeiros	422.294	355.185
	<u>7.826.561</u>	<u>8.104.084</u>
Resultados financeiros	<u>(7.684.333)</u>	<u>(7.114.259)</u>
	<u>142.228</u>	<u>989.825</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	24.146	204.970
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	86.910	769.401
Diferenças de câmbio favoráveis	721	1.380
Descontos de pronto pagamento obtidos	12.737	9.570
Outros proveitos e ganhos financeiros	17.714	4.504
	<u>142.228</u>	<u>989.825</u>

- (a) A rubrica “Perdas em empresas do grupo e associadas”, inclui o montante de 704.702 Euros (Nota 10) referente à amortização dos trespasses apurados na aquisição de empresas participadas, e o montante de 972.243 Euros (Nota 10) correspondente à participação da Empresa no resultado líquido da Gestigráfica.

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	36.370	53.791
Perdas em imobilizações (a)	603.675	738.480
Multas e penalidades	159.402	29.288
Aumentos de provisões	-	3.589.826
Outros custos e perdas extraordinários	3.131.881	1.702.153
	<u>3.931.328</u>	<u>6.113.538</u>
Resultados extraordinários	<u>(513.773)</u>	<u>(5.011.597)</u>
	<u>3.417.555</u>	<u>1.101.944</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações e existências	59.075	26.824
Benefícios de penalidades contratuais	1.869	8.260
Reduções de provisões (Nota 34)	3.079.506	748.350
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.009	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	274.096	318.510
	<u>3.417.555</u>	<u>1.101.944</u>

- (a) Este montante inclui 602.373 Euros relativos à perda decorrente da cedência de posição contratual do contrato de locação financeira do edifício sito na Rua Luz Soriano à TJB – Engenharia e Construção, Lda..

A rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” inclui o montante de 3.087.481 Euros que corresponde à venda, à Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. dos créditos detidos sobre Renascença Gráfica, S.A., dos quais 3.076.061 Euros se encontravam provisionados (Nota 34).

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios a imobilizações corpóreas (Nota 3.h))	187.379
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira	86.270
Outros	447
	<u>274.096</u>

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Retenções na fonte	7.183
Pagamento especial por conta	1.496
Imposto sobre o Valor Acrescentado	87.906
	<u>96.585</u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	1.380.978
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – estimativa	95.470
Imposto sobre o Valor Acrescentado	361.244
Contribuições para a Segurança Social	2.858.963
Outros impostos	37.791
	<u>4.734.446</u>

As contas a pagar relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – retenções na fonte e Contribuições para a Segurança Social incluem valores vencidos por pagar nos montantes de, 262.193 Euros, 1.192.289 Euros e 2.465.523 Euros, respectivamente relativos ao exercício de 2002. Em Janeiro de 2003, a Empresa solicitou à Administração Fiscal a adesão ao plano previsto no Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro.

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Custos diferidos:	
Conservação plurienal	128.211
Juros antecipados	197.372
Seguros	78.035
Gastos com emissão de obrigações	35.700
Outros	67.889
	<u>507.207</u>
Acréscimos de custos:	
Encargos com férias e subsídio de férias	1.293.496
Juros vencidos e não pagos	223.490
Fornecimentos e serviços externos	463.108
	<u>1.980.094</u>
Proveitos diferidos:	
Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	1.215.845
Mais-valias diferidas (a)	828.662
	<u>2.044.507</u>

- (a) Este montante refere-se a uma operação de relocação financeira efectuada no exercício de 2001, com uma instituição financeira sobre um terreno da Empresa, estando o mesmo a ser diferido durante o período do contrato da referida operação.

50. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos bancários (a)	9.326.896	22.056.315
Empréstimos por obrigações:		
Emissão de 1988	299	-
Emissão de 1997 (b)	2.444.010	-
Outros empréstimos obtidos (c)	2.011.678	19.919.619
	<u>13.782.883</u>	<u>41.975.934</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos bancários incluem um montante de 1.496.394 Euros (Nota 30), obtido junto do Banco BPI, S.A. ("BPI"), que vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25%. Este empréstimo destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos, às Páginas Amarelas, S.A. e é garantido por uma primeira hipoteca sobre as instalações adquiridas pela Empresa nessa operação. Do montante em dívida em 31 de Dezembro de 2002, o montante de 249.399 Euros vence-se no curto prazo e 1.246.995 Euros vence-se no médio e longo prazo.

Esta rubrica inclui, adicionalmente, um empréstimo no montante de 2.244.890 Euros (Nota 30) obtido junto do BPI destinado a financiar a aquisição do investimento na Gestigráfica. Daquele montante a parcela de 261.869 Euros vence-se no curto prazo e a parcela de 1.982.721 Euros no médio e longo prazo. Este empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25% e está garantido por segunda hipoteca às referidas instalações adquiridas às Páginas Amarelas, S.A. estando as receitas afectas às mesmas consignadas como garantia de pagamento deste empréstimo. Os restantes empréstimos bancários vencem juros a taxas anuais médias de 5%.

Adicionalmente esta rubrica inclui um montante de 9.477.160 Euros relativo a um empréstimo contraído junto do Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”). Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescido de 2,75% e está garantido por 3ª hipoteca das instalações adquiridas às Páginas Amarelas (Nota 30). Daquele empréstimo, a parcela de 789.947 Euros, vence-se no curto prazo e a parcela de 8.687.213 Euros vence-se no médio e longo prazo.

- (b) Este montante respeita ao empréstimo obrigacionista emitido em 26 de Junho de 1997, representado por 1.224.950.000 obrigações do valor nominal de 0,01 Euro cada. O empréstimo tem a duração de 6 anos, e o reembolso é efectuado em cinco prestações semestrais e iguais, nas datas de vencimento do 8º, 9º, 10º, 11º e 12º cupões, com possibilidade de reembolso antecipado por opção da Empresa, nas datas de pagamento do 6º, 8º e 10º cupões. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente em 26 de Junho e 26 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro é variável, correspondente à Lisbor a 6 meses, em vigor nos dois dias úteis antes do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,5%. Como garantia deste empréstimo respondem as receitas da Empresa.
- (c) O montante registado nesta rubrica na parcela de médio e longo prazo, em 31 de Dezembro de 2002, refere-se a emissões realizadas ao abrigo de três programas de papel comercial, como segue:

Programa/Emissão		Início	Vencimento	Taxa de juro	Montante
BCPI	- 66ª emissão	30-12-02	30-01-03	4,313	4.925.629
BCPI	- 29ª emissão	04-12-02	03-01-03	3,313	2.493.990
BANIF	- 23ª emissão	23-12-02	24-03-03	3,375	5.000.000
CGD	- 6ª emissão	15-10-02	15-01-03	3,634	2.500.000
CGD	- 6ª emissão	24-10-02	24-01-03	3,633	2.500.000
CGD	- 4ª emissão	27-12-02	27-03-03	3,667	2.500.000
					<u>19.919.619</u>

As emissões de papel comercial encontram-se registadas a médio e longo prazo, uma vez que é intenção do Conselho de Administração proceder a sucessivas renovações, nas datas de vencimento das diversas emissões de acordo com os respectivos programas contratados.

Adicionalmente, nesta rubrica encontra-se incluído o subsídio reembolsável no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido durante os exercícios de 1996 e 1998 no montante total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de 9 prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Dezembro de 2002, a Empresa amortizou o montante de 3.155.529 Euros, encontrando-se em dívida um valor de 2.011.678 Euros o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa tem um depósito a prazo nesta entidade no montante de 595.747 Euros cuja movimentação está indexada à libertação da referida garantia. Este montante vence-se no curto prazo.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, o valor dos activos correntes é inferior ao exigível de curto prazo. Acresce que o Conselho de Administração, considera que os próximos exercícios se desenvolverão numa conjuntura económica menos favorável. Durante o exercício de 2002, a Empresa concluiu algumas negociações com diversas instituições financeiras, tendo em vista o rescalonamento de alguns empréstimos bancários, de curto prazo para médio e longo prazo, e tenciona encetar outras no exercício de 2003, tendo em vista o mesmo objectivo.

51. OUTROS CREDORES CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2002, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de factoring.

52. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Numerário	5.593	11.987
Depósitos bancários	295.515	263.741
Depósitos a prazo	1.234.246	595.746
Descobertos bancários	(3.080.655)	(2.487.438)
	<u>(1.545.301)</u>	<u>(1.615.964)</u>

53. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 7 de Fevereiro de 2003, a Empresa participada Gestigráfica celebrou um contrato de compra e venda da totalidade da participação detida na Heska. No seguimento desta operação a Empresa encontra-se em negociação para a regularização de valores a receber e a pagar com aquela empresa. Por este facto a Empresa não dispõe de informação suficiente para quantificar o efeito nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, relativo à venda daquele activo por parte daquela empresa participada.

O Técnico Oficial de Contas

Vítor Manuel Condinho da Silva

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Valores em Euros)

	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	51.326.015	40.379.517
Pagamentos a fornecedores	(19.237.838)	(19.603.063)
Pagamentos ao pessoal	(6.576.214)	(6.466.010)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	25.511.963	14.310.444
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(473.362)	(1.482.978)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(2.171.795)	(6.363.482)
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	22.866.806	6.463.984
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	7.016
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(24.483)	(43.966)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	22.842.323	6.427.034
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	500.000	2.793.268
Imobilizações corpóreas	600.000	3.733.761
	1.100.000	6.527.029
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(708.387)	(6.696.362)
Imobilizações corpóreas	(1.964.153)	(1.267.150)
Imobilizações incorpóreas	-	-
	(2.672.540)	(7.963.512)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	(1.572.540)	(1.436.483)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de :		
Empréstimos obtidos	177.301.746	180.647.281
Juros e proveitos similares	16.607	71.827
	177.318.353	180.719.108
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(186.146.709)	(178.277.660)
Amortizações de contratos de locação financeira	(4.430.864)	(4.108.044)
Juros e custos similares	(7.939.901)	(6.809.941)
Aquisições de acções (quotas) próprias	-	(64.511)
Outras aplicações financeiras	-	(34.000)
	(198.517.474)	(189.294.156)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	(21.199.121)	(8.575.048)
Variações de caixa e seus equivalentes		
(4)=(1)+(2)+(3)	70.662	(3.584.497)
Efeito das diferenças de câmbio	-	(930)
Caixa e seus equivalentes no início do período	(1.615.963)	1.969.464
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(1.545.301)	(1.615.963)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de **2002** (que evidencia um total de balanço de **148.474.431** euros e um total de capital próprio de **17.150.684** euros, incluindo um resultado líquido **negativo** de **5.891.680** euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.º **6** e **7** abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Em 31 de Dezembro de 2002, nas contas da Sociedade e nas de empresas do grupo abrangidas pela nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados naquela data, encontram-se registados em investimentos financeiros e em contas a receber valores de, aproximadamente, 34.930.000 euros, valores estes relacionados com aquelas mesmas empresas. Considerando a intenção de alienação referida no mencionado anexo, a recuperação da totalidade daqueles valores dependerá das condições negociais que vierem a ser concretizadas.
7. A provisão para outros riscos e encargos registada no passivo da empresa em 31 de Dezembro de 2002, poderá não revelar-se suficiente face à natureza e extensão das contingências que envolvem valores registados em contas a receber e determinadas responsabilidades da empresa, cujo montante global ascende a, cerca de, 3.100.000 euros.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.º **6** e **7** acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.** em 31 de Dezembro de **2002**, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o seguinte:
 - 9.1 Conforme mencionado no anexo às demonstrações financeiras em apreço, a Sociedade optou por não reconhecer os activos e passivos por impostos diferidos estabelecidos na Directriz Contabilística n.º 28, conforme previsto nas disposições transitórias da própria directriz.
À data de referência das mesmas demonstrações financeiras, estimam-se activos e passivos por impostos diferidos em 6.930.000 euros e 5.200.000 euros, respectivamente, cuja realização tem como pressuposto a ocorrência futura de lucros tributáveis suficientes.
 - 9.2 Em 31 de Dezembro de 2002 o valor do capital próprio da Sociedade tornou-se inferior ao seu capital social.

Porto, 17 de Abril de 2003

Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas de

Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho de Administração de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas,S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de **2002**.
2. Acompanhámos a actividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. As demonstrações financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que, em consequência, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Analisámos o conteúdo do Relatório Anual de Fiscalização, do qual se releva o enquadramento da situação referida no último parágrafo da nota 48 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, tendo-se concluído não afectar os documentos de prestação de contas da Sociedade.
5. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório do Conselho de Administração, bem como as Contas por este apresentadas;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação de resultados.

Queluz de Baixo, 22 de Abril de 2003

Dr. António de Almeida
Presidente

Eng.º Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC
representada por
Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 45

REGISTO NA CMVM nº 232

NIPC 501 829 288

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 148.474.431 Euros e capitais próprios de 17.150.684 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.891.680 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

5. Conforme referido no Relatório de Gestão e no anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa encontra-se em negociações, umas parcialmente concluídas e outras ainda em curso, tendentes à alienação de investimentos financeiros e contas a receber de empresas participadas, cujos valores contabilísticos naquela data ascendiam a, aproximadamente, 36.130.000 Euros. Dado que a esta data se desconhece o desfecho dessas negociações, não podemos concluir sobre o valor de realização daqueles activos.
6. Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tem registadas provisões quer para regularizações de activos, quer para fazer face a determinadas responsabilidades. A nossa análise a essas provisões, indica que estas deverão ser insuficientes para os objectivos para que foram registadas em, aproximadamente, 1.800.000 Euros. Consequentemente o passivo e o resultado líquido negativo do exercício findo naquela data, encontram-se subavaliados naquele montante.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto, quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima e excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, aplicados de forma consistente entre exercícios, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

8. A Empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo da Directriz Contabilística nº 16, efectuou uma reavaliação extraordinária a alguns dos seus imóveis, da qual resultou um acréscimo líquido do imobilizado corpóreo e dos capitais próprios àquela data de cerca de 19.059.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2002, o valor líquido do imobilizado corpóreo reavaliado ascendia a, aproximadamente, 15.869.000 Euros.
9. Conforme mencionado no anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 6.930.000 Euros e 5.200.000 Euros, sendo que serão realizáveis e exigíveis, respectivamente, caso a Empresa venha a registar resultados fiscais suficientes.

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

- 3 -

10. Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, a Empresa tem vindo a registar prejuízos, sendo em 31 de Dezembro de 2002, o valor dos activos correntes inferior ao exigível de curto prazo. Tal como referido no Relatório de Gestão o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras, tendentes à resolução da actual situação. A continuidade das operações da Empresa, depende do sucesso dessas medidas e da rendibilidade futura das suas operações.

Lisboa, 26 de Março de 2003

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

**Extracto da Acta nº. 56 da Assembleia Geral Anual
da LISGRÁFICA realizada às 12 horas
do dia 28 de Maio de 2003**

Devidamente convocada, a Assembleia Geral Anual foi presidida pelo Sr. Dr. João António Morais Leitão e registou a presença ou representação de 73,115% do capital social, aprovou as contas individuais da empresa, e os restantes documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação dos resultados, tudo referente ao Exercício de 2002 e que se transcreve:

“Que, após a constituição de uma Provisão para impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2002, no montante de Euros (5.891.679,54) (Cinco milhões, oitocentos e noventa e um mil, seicentos e setenta e nove Euros e cinquenta e quatro cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

1. Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo.”

A Assembleia aprovou em seguida um voto de confiança nos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, que foram em seguida reeleitos para o mandato de 2003 a 2006. Foi deliberado ainda dispensar de caução, nos termos do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho de Administração, e foram aprovadas as remunerações, designadamente mantendo no mandato de 2003 a 2006 o contrato de prestação de serviços de gestão em vigor entre a Lisgráfica e a Gestprint, SGPS, e actualizando as demais remunerações na linha do mesmo critério que fôr aplicado a todos os trabalhadores da empresa.

Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mandato 2003 – 2006

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. João António Morais Leitão
Vice-Presidente: Arqº João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária: Drª Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

Conselho de Administração

Presidente: Dr. António Brás Monteiro
Vogais: Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
António Alexandre Pires Brás Monteiro
Dr. José Luís André Lavrador
Engº António Pedro Marques Patrocínio

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. António de Almeida
Vogais: Engº Nuno Martins
Óscar da Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC,
Representada por Óscar José Alçada da Quinta (ROC nº 731)
Suplente: Dr. José Manuel Varanda Marques, ROC

Secretário da Sociedade: Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro
Suplente: Vitor Manuel Condinho da Silva